

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**31 a 05 de  
JUNHO  
2018**



**TJ  
ES**

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

## AINDA NA SERRA

# Neidia tem pedido de retorno negado por presidente do TJ

**Vereadora foi afastada enquanto tramita processo por rachid e contratações fantasmas**

⌘ Mais uma vez a Justiça negou o pedido de retorno da vereadora afastada Neidia Pimentel (PSD) à Câmara da Serra. Dessa vez, a ordem veio do presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o desembargador Sérgio Gama.

Na semana passada, o mesmo pedido de anulação do afastamento de Neidia foi negado duas vezes pela juíza da 2ª Vara Criminal da Serra, Letícia Maia Saude.

GUILHERME FERRARI/ARQUIVO



**Neidia se mantém distante do Legislativo**

Foi ela quem determinou, em março deste ano, o cumprimento da medida cautelar para que a vereadora se mantenha distante do cargo e da presidência da Câ-

mara, enquanto corre na Justiça o processo no qual Neidia é acusada de participar de um esquema de rachid, envolvendo a contratação de funcionários fantasmas para a Casa.

Em sua decisão, proferida ontem, o desembargador Sérgio Gama argumenta que a concessão da medida suspensiva - conforme solicitou a defesa - só deve ser aplicada em casos de "lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública". A reportagem tentou entrar em contato com a vereadora Neidia, mas não houve resposta. (Maíra Mendonça)

## VILA VELHA

# Após 20 anos, prefeitura ganha na Justiça posse de terreno de escola

**STJ decidiu pela reintegração de posse da área, com 15,5 mil metros quadrados**

RAQUEL LOPES  
EDUARDO DIAS

Depois de 20 anos de batalha judicial, a Prefeitura de Vila Velha ganhou, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a ação de reintegração de posse de uma área de 15,5 mil metros quadrados em Coqueiral de Itaparica, onde fica a escola particular SEB, antigo COC.

De acordo com o procurador-geral do município, José de Ribamar Lima Bezerra, a prefeitura está dialogando com a unidade de educação para uma solução pacífica sobre o caso. "Em princípio, não há interesse do município de desalojar uma escola, afinal, é uma atividade econômica da cidade", disse.

A área fica entre a Ave-



VITOR JUBINI



VITOR JUBINI

**Grande terreno em Coqueiral de Itaparica abriga escola, e a prefeitura pode negociar a área com a unidade de ensino**

nida Délio Silva Britto e as ruas Três, Quatro e C, em Coqueiral de Itaparica. A ação foi movida pelo município em 1998, pois a área pública foi vendida para a escola por terceiros. Agora, a ação foi vencida em última instância no

STJ.

De acordo com o procurador, a escola não paga aluguel. O município pretende negociar a área com os proprietários da unidade. Caso eles tenham interesse em comprar a área do município, a Procura-

doria Geral deverá providenciar um processo legislativo para iniciar uma negociação.

"Se houver por parte da escola o interesse sobre a área, vamos ter que providenciar um processo legislativo para uma nego-

ciação com o educandário", frisou.

O procurador ressaltou que alunos e pais podem ficar tranquilos, pois o município não tem interesse em retirar a escola do local.

A diretora da Escola SEB de Vila Velha, Maria

Betânia Eleutério, informou apenas que há um contrato de locação e isso não vai afetar em nada o andamento da escola neste ano. No entanto, não revelou se a escola tem interesse em negociar com a Prefeitura de Vila Velha.

## SAÚDE PÚBLICA

# 12 MIL NA JUSTIÇA PARA CONSEGUIR ATENDIMENTO

## São pedidos de exame, consulta, medicamento e vaga em hospital

▲ SULLIVAN SILVA  
▲ ALINE NUNES

O que fazer diante das dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde? Em busca desse direito, diversos capixabas resolveram recorrer à Justiça. Mais de 12 mil processos estão no aguardo de uma resolução no judiciário do Estado.

Desses, 7.213 são de tratamento médico-hospitalar, entre pedidos de consultas médicas com especialistas, exames, cirurgias e leitos de internação, e 4.957 são processos para o fornecimento de medicamentos, muitos deles de alto custo.

A situação, em menos de uma década, piorou muito. Em 2011, segundo informações da Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), haviam 2.453 processos de saúde contra o Estado. Em 2017, já eram 10.860.

Um dos casos que chegou à Justiça é o de Larley Bermudes, de 11 anos, que nasceu com uma fissura atípica na face. Ele precisa fazer uma cirurgia para desobstruir os canais lacrimais, procedimento que custa R\$ 10 mil, dinheiro que a família não tem. Como o procedimento é oferecido em um hospital particular de Vitória, mas não é na rede pública, a família de Larley buscou atendimento na Defensoria Pública do Espírito Santo. Em



Larley, 11, tem uma fissura na face e precisa de cirurgia que não é oferecida pelo SUS; caso foi parar na Justiça

25 de maio, uma decisão judicial determinou que o Estado arque com os custos.

“A cirurgia é fundamental para que meu filho possa continuar sua jornada de ter uma vida saudável”, explica o pai de Larley, Wesley de Oliveira.

A Justiça determinou que o Estado cumprisse com a decisão em um prazo de cinco dias, porém, já se passaram 11 e o procedimento ainda não foi aprovado pelo Estado. A Sesa informou que “está adotando as devidas providências para a compra da cirurgia”.

Outro caso é o da moradora de Vila Velha Laiane Moreira Vila Flor, que não conseguiu esperar a decisão da Justiça. Viajou para Belo Horizonte (MG) em busca de tratamento médico o filho Vicente Moreira Vila Flor, 3, que tem microcefalia. Vicente precisa de acompanhamento com médico com geneticista e psiquiatra.

“Estou esperando desde agosto para que o Estado faça alguma coisa. Preciso saber o que está acontecendo com meu filho para buscar o tratamento específico”, desabafa.

“**Pacientes saem do posto com o pedido de consulta e não conseguem marcar, buscam a Defensoria**”

— PILAR SILVA NUNES  
DEFENSORA PÚBLICA

GUILHERME FERRARI - 27/09/2016

marcar. Deixam o nome como se fosse uma lista de espera e não tem retorno”, relata a defensora.

Ainda segundo Pilar, é comum a Defensoria Pública ajuizar ações com pedido de liminar para obter vagas em leitos de hospitais. “São pessoas que estão nas unidades de saúde ou de pronto atendimento que precisam de uma vaga na UTI ou transferir para um leito de especial. Eles pedem a vaga, só que muitas vezes a Sesa não consegue atender essa demanda e os pacientes recorrem à Defensoria.”

Doutora em Bioética e coordenadora do doutorado em Direito da FDV, Elda Bussinger observa que as pessoas, atualmente, têm uma percepção melhor de seus direitos, incluindo o de acesso à saúde, e que, conforme prevê a Constituição, cabe ao Estado garanti-los. “Em tese, a judicialização é uma ampliação da noção do próprio direito e do dever do Estado”.

No entanto, o Estado não consegue corresponder a todas as demandas, como constata o professor da Ufes Cláudio Jannotti da Rocha, porque há um limite financeiro de investimentos para que outras áreas, igualmente importantes como Educação e Segurança, não deixem de ser atendidas.

## Tribunal conta com médicos e farmacêuticos

Para auxiliar os juízes, o Tribunal de Justiça (TJ-ES) criou um Núcleo de Assessoramento Técnico (NAT), composto por médicos e farmacêuticos, que é consultado toda vez que os magistrados consideram necessário para dar sustentação a uma decisão referente às demandas da saúde.

Atualmente, o NAT conta

com oito profissionais de saúde, mas há uma perspectiva de aumentar o quadro, ainda este ano, em razão do grande volume de ações na Justiça, embora nem todas precisem do assessoramento.

No ano passado, o núcleo emitiu 2.791 pareceres, e, em 2018, até o dia de ontem, foram 1.116. A média

de pareceres, desde a criação do núcleo em 2011, gira em torno de 25% das ações, segundo reportagem especial de A GAZETA sobre a judicialização na saúde publicada no início do ano.

### CADASTRO

A assessoria do TJ informou que, além do próprio núcleo, os juízes podem

contar com o serviço do e-NatJus, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por ele, os magistrados têm acesso a um cadastro nacional de pareceres, notas e informações técnicas que dão ao juiz fundamentos para decidir se concede ou não determinado medicamento ou tratamento a quem recorre a Justiça.



Série especial de A GAZETA mostrou judicialização

## SAÚDE PÚBLICA

ESTADO RECEBE 40 DECISÕES  
POR DIA PARA CUMPRIR

Secretaria gastou R\$ 108 milhões com ações judiciais em 2017

▲ ALINE NUNES  
anunes@redgazeta.com.br

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) recebe todos os dias uma média de 40 mandados para cumprir determinações judiciais, seja para conseguir vaga em hospitais, seja para oferecer medicamentos. Mas a capacidade de resposta nem sempre é no prazo estipulado pelos juízes, geralmente de até 48 horas.

“É um verdadeiro massacre esse volume de mandados. Quando o juiz dá ordem, ele está isolado, está vendo apenas o caso que está atendendo, e não os 40 que estão aqui. O juiz fica achando que a secretaria não quer atender; imagina se vamos contestar decisão judicial, mas os prazos são inviáveis”, ressalta o secretário estadual da Saúde, Ricardo de Oliveira.

Para ele, as decisões precisam de mais embasamento para justificar o gasto do Estado com uma pessoa em detrimento de investimentos no coletivo. Ricardo de Oliveira falou que, somente em 2017, o governo gastou quase R\$ 108 milhões para atender ações judiciais, valor que poderia custear o Hospital de Urgência e Emergência, o antigo São Lucas, em Vitória, por quase um ano.

## JUSTIFICATIVA

Na avaliação do secre-



ARQUIVO PESSOAL

## Longa espera

Jhon Rhian Rangel Costa, 8 anos, aguarda há sete anos uma cirurgia de reconstrução do intestino. O pai, Jhony Costa Pereira, diz que uma biópsia já foi feita.

“Ele já fez biópsia no Hospital Infantil de Vila Velha, mas nada foi feito. A família já sofreu demais”

—  
JHONY COSTA  
PEREIRA  
PAI DE JHON

## ANÁLISE

## Problema de difícil solução

▲ A judicialização é um problema complexo e de difícil solução. Temos o interesse da indústria de medicamentos e de equipamentos fomentando essa judicialização. Eles querem vender e criam algo fictício, necessidades que às vezes não existem. Querem vender o produto mais caro, o que não está na lista. Passam a ideia de que saúde é um bem de consumo. Há pessoas também trabalhando a favor da indústria; há interesses por trás disso. Mas temos ainda um problema relacionado ao Estado. Muitas ações não precisariam estar na Justiça se o Estado tivesse resolutividade. Um problema de gestão. O Estado, que deveria garantir o direito à saúde, muitas vezes se perde em burocracia e não promove o que deveria.”

—  
ELDA BUSSINGUER  
DOUTORA EM BIOTÉCNICA

tário, as demandas por remédios pela Justiça não têm justificativa mas, de 2016 para 2017, houve um aumento de 120% de ações nessa área.

“De cada 100 pessoas que nos procuram, apenas quatro não conseguem o remédio na hora. E o problema, em geral, é de logística de fornecimento. Ou atraso do fornecedor, ou do Minis-

tério da Saúde”, afirma.

Ricardo de Oliveira diz ainda que, mesmo os remédios que não são padronizados pelo Ministério e, por isso, não se encontram na lista da Sesa, podem ser obtidos sem ação na Justiça. Basta o paciente apresentar um laudo, que justifique a necessidade de outro remédio que não aquele que está disponível na Farmácia Cidadã, e

uma comissão avalia o pedido. Segundo o secretário, muitas solicitações têm sido atendidas. A exceção é para remédios que não foram aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Nesse caso, só mesmo a Justiça para autorizar a compra de um produto não liberado.

Outro problema, na opinião do secretário, é que

muitas pessoas vão direto para a Justiça antes mesmo de tentar o atendimento no SUS. Para isso, Ricardo de Oliveira falou que tem mantido contato com o Judiciário a fim de que esse tipo de situação deixe de ocorrer. O secretário falou que a relação institucional está mais próxima e, assim, espera que haja mais critério nas decisões judiciais para a saúde.

## Quase 6 mil pedidos à espera em São Mateus

▲ Em São Mateus, na Região Norte, a Defensoria Pública Estadual ajuizou uma ação civil pública contra o governo do Estado por causa da fila no Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o defensor público Bruno Pereira Nascimento, são cerca de 5.792 pedidos de exames, consultas e cirurgias não realizados.

“Vimos que a demanda era muito grande e resolvemos entrar com essa ação coletiva para dar

a oportunidade para as pessoas que estão na mesma situação. Na medida que entramos com ações individuais, dávamos preferência a quem judicializa em detrimento daquelas que não”, explicou o Bruno.

Ainda de acordo com Bruno, a ação requer a determinação de prazos máximos desses procedimentos de acordo com o grau de estratificação de risco de cada paciente estabele-

## AÇÃO

“Vimos que a demanda era muito grande e resolvemos entrar com essa ação coletiva para dar a oportunidade para as pessoas que estão na mesma situação”

BRUNO NASCIMENTO  
DEFENSOR PÚBLICO

cido pelo próprio Estado (vermelho, amarelo, verde e azul), respectivamente, 30, 60, 90 e 120 dias.

Bruno destaca que em 17 de dezembro uma liminar concedida pelo Judiciário estabeleceu prazos, sob pena de multa de R\$ 1.000 por procedimento ou atendimento não realizado, e que a Defensoria faz um levantamento do que foi descumprido.

O secretário estadual da Saúde, Ricardo de Olive-

ira, afirma que as filas existentes hoje na rede pública estadual para consultas e exames deverão ser eliminadas com a realização de mutirões, como já foi realizado na área de cirurgia de mão e distribuição de cadeiras de rodas.

Ainda assim, ele destaca que o Estado apresenta uma resolutividade de em torno de 76% das demandas num prazo de até 60 dias, entre a solicitação do paciente e a realização

da consulta ou exame. Mas admite que ainda há um volume de pessoas que podem ficar mais tempo, às vezes mais de um ano, por se tratar de uma demanda muito específica para a qual não tem oferta ou mesmo por falha no sistema.

Ricardo acredita que a situação vai melhorar na medida que o serviço de saúde está sendo descentralizado pelo Rede Cuidar.



JUSSARA MARTINS - 21/03/2012



ANTONIO MOREIRA - 15/10/2015

PADRE CAMILLATO e pastor Enoque: católico não concorda com uso da igreja para fins políticos e evangélico pede punição para quem fizer isso em cultos

# Religiosos condenam uso político de cultos e missas

**Ministério Público Eleitoral constatou que líderes de igrejas têm comportamento abusivo, influenciando o voto dos fiéis**

**Brunella França**

Apesar das liberdades de expressão e crença, o Ministério Público Eleitoral aponta que tem sido constatado comportamento abusivo por parte de alguns líderes religiosos para influenciar fiéis a votarem em candidatos ligados a seus segmentos. O

tema está em discussão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No Estado, lideranças religiosas se posicionaram contra a prática de se utilizar de cultos e missas com outras finalidades que não a pregação do evangelho e até mesmo defendem que haja punição aos que agirem dessa forma.

"Isso é tão somente reprovável para quaisquer grupos que se expressam como igreja", afirmou o padre Roberto Camillato, reitor do Santuário-Basilica de Santo Antônio. Ele disse ainda que a igreja Católica "não concorda que se use da religião para este expediente eleitoral porque entende que a democracia é campo amplo da grande liberdade de escolha de forma

consciente e cívica".

Pastor de honra do Conselho das Igrejas Evangélicas do Espírito Santo, José Ernesto Conti considera que o mais grave é desviar do objetivo do culto religioso para fazer política, mas que isso não ocorre apenas em ambientes religiosos.

"O púlpito deve ser usado para pregar o evangelho, que é a missão da igreja, mas assim também é num congresso de médicos ou de engenheiros, nos quais deve-se discutir Medicina e Engenharia. Às vezes, há um desvirtuamento, um candidato evangélico usa o púlpito para fazer política. É errado para o pastor, para o médico, para o engenheiro", destacou.

Na opinião do pastor Enoque de

Castro Pereira, presidente da Associação de Pastores Evangélicos da Grande Vitória, dificilmente se veem pedidos declarados de votos em cultos religiosos, mas há estratégias sutis que transmitem o recado. Por exemplo, quando um membro da congregação é apresentado aos demais como candidato e pede-se oração para ele.

"Dificilmente conseguirão coibir ou evitar esse tipo de indicações indiretas, que de uma forma bem sutil se faz para apresentar um certo candidato", avaliou. Ainda assim, o pastor defende que haja punição a quem o fizer. "Usar o espaço de culto com o objetivo de fazer propaganda política é errado, tem que ser punido mesmo".

## ENTENDA O CASO

### O que diz a lei

- > PARA AFASTAR a influência indevida da religião no processo eleitoral, a Lei 9.504/97 veda a partidos e candidatos receberem direta ou indiretamente de entidades beneficentes ou religiosas qualquer tipo de doação em espécie ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade.
- > A MESMA LEI proíbe a veiculação de propaganda de qualquer natureza em templos religiosos, por considerá-los bens de uso comum. No caso do uso de estrutura física e financeira de cunho religioso, o caso é ainda mais grave, visto que tais entidades desfrutam de imunidade tributária.
- > NA INTERPRETAÇÃO DO Ministério Público Eleitoral, partidos políticos e candidatos, valendo-se da estrutura eclesial e do apoio de ministros religiosos com discursos de conotação espiritual, são capazes de subverter a legitimidade do pleito e influenciar diretamente o resultado das eleições.

## Casos devem ser analisados separadamente, diz jurista

Para o jurista Adriano Coutinho, ex-membro da Corte Eleitoral capixaba, os casos que por ventura cheguem à Justiça Eleitoral como suposto "abuso de poder religioso" devem ser analisados caso a caso. Mas o advogado alerta que, na legislação eleitoral, os únicos ilícitos de abuso previstos são o de poder político e o de poder econômico.

"A manifestação da crença é livre e um direito assegurado pela Constituição e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas, na igreja ou num evento esportivo, por exemplo, se o candidato começa a fazer uso ostensivo desses espaços para fazer a campanha, ele viola a legislação", disse.

No Tribunal Regional Eleitoral do Estado, Adriano não se recorda de algum processo desse tipo.

## BENEFÍCIO PARA SERVIDORES

## Judiciário aumenta valor de auxílios

**Reajuste é de 3% e vale para os benefícios de alimentação e pré-escola de servidores federais**

BRASÍLIA

Enquanto o Executivo corta recursos de áreas sociais e até da saúde para cobrir o rombo do subsídio dado pelo governo ao diesel, que deve custar R\$ 13,5 bilhões aos cofres públicos, a cúpula do Judiciário autorizou nesta segunda-feira o aumento no auxílio-alimentação e no auxílio pré-escola.

Os benefícios tiveram os valores reajustados em 3%, segundo determina-

ção publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União. Em portaria assinada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luiz Fux, entre outros presidentes de tribunais superiores, o auxílio alimentação passa a ser de R\$ 910,08 e o pré-escolar de R\$ 712,62.

**PRESIDENTES**

A portaria que determina o novo valor também é assinada pelos presidentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra

ROSINEI COUTINHO/STF - 10/11/2017



Sede do STF, em Brasília: servidores serão beneficiados

**COMPLEMENTO**

**R\$ 910**

**mensais**

É o novo valor do auxílio-alimentação para servidores do Poder Judiciário federal.

Laurita Vaz; do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Batista Brito Pereira; do Superior Tribunal Militar (STM), ministro José Coelho Ferreira, e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF), desembargador Romão Cí-

cerio de Oliveira.

Em março, o ministro Luiz Fux retirou de pauta o processo que discute a legalidade de outro auxílio, o moradia, pago a magistrados. Fux acolheu pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para que o processo fosse suspenso e submetido à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), vinculada à AGU.

Antes, o processo ficou cinco anos no gabinete do ministro, que havia feito um pedido de vista apenas em 2012. (Agência O Globo)

**GIRO RÁPIDO****Judiciário reajusta auxílio para servidores**

Enquanto o Executivo corta recursos de áreas sociais e da saúde para cobrir o subsídio ao diesel, que vai custar R\$ 13,5 bi aos cofres públicos, a cúpula do Judiciário autorizou alta no auxílio-alimentação e pré-escola.

Os reajustes são de 3%. Em portaria assinada pela presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luiz Fux, o auxílio-alimentação passa para R\$ 910,08 e o pré-escolar a R\$ 712,62.



DAYANA SOUZA - 14/05/2018



“Essa é uma  
decisão  
justa e coerente”

Rodrigo Caldeira, presidente  
da Câmara da Serra

**CALDEIRA**, que foi eleito para o biênio 2019/2020 no sábado, teve restituído o poder de comandar a atual Mesa

**COMANDO DA CÂMARA DA SERRA**

# Justiça determina volta de Caldeira ao cargo

**Em nova reviravolta, o desembargador Robson Albanez criticou a decisão liminar de juiz e reconduziu o vereador ao comando da Casa**

**Tiago Alencar**

O desembargador do Tribunal Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) Robson Albanez derrubou ontem a liminar que obrigava a realização de nova eleição na Câmara da Serra, mantendo o vereador Rodrigo Caldeira (Rede) na presidência da Casa.

A liminar havia sido expedida no último sábado, pelo juiz Leonardo Mannarino Texeira, que estava no plantão judiciário do feriado.

Para fundamentar a decisão que anula os efeitos da liminar concedida pelo juiz de primeiro grau, o desembargador afirmou que o pedido deveria ter sido melhor analisado, por se tratar de um tema complexo e de interesse público, não podendo ser decidido em caráter de urgência.

O magistrado alega ainda que a liminar confronta a decisão dele próprio, que havia decidido pela manutenção de Caldeira na presidência da Câmara.

Comemorando o entendimento do desembargador, Caldeira disse: “Essa é uma decisão justa e coerente”. Ele confirmou que a procuradoria da Câmara vai pedir o afastamento do juiz Leonardo Mannarino e até mesmo a aposentadoria compulsória dele.

A liminar de Mannarino atendeu ao pedido dos aliados do pre-

feito Audifax Barcelos (Rede).

Momentos antes da decisão de Albanez, o presidente interino da Câmara da Serra, Adriano Galinhão (PTC), chegou a publicar o edital de convocação para a eleição da Mesa que iria finalizar o biênio 2017/2018, conforme exigência da liminar. O pleito, que ocorreria amanhã, não será mais realizado.

No sábado, apesar da liminar destituindo Caldeira do cargo de presidente da Câmara no biênio 2017/2018, ele conseguiu se eleger para o biênio 2019 e 2020, contando com 13 votos.

O grupo de Audifax, por sua vez, ameaçou ir à Justiça para pedir a anulação dessa votação. Também ontem, uma nova decisão do presidente do Tribunal de Justiça, Sérgio Gama, manteve a vereadora Neidia Pimentel afastada do cargo.

# PAINEL

---

## **Ir e vir**

O Superior Tribunal de Justiça

(STJ) decide hoje se a Justiça pode determinar o bloqueio de documentos como passaporte e carteira de motorista para pressionar réus inadimplentes a regularizar seus débitos.

## **Ir e vir II**

O tema é polêmico e divide magistrados. Dois ministros da Corte já autorizaram medidas desse tipo.

## **Meu de direito**

Uma ex-funcionária de Bia Doria, mulher de João Dória, o candidato do PSDB ao governo paulista, tenta receber cerca de R\$ 70 mil de um processo que ganhou na Justiça trabalhista. Cleide Jane Arco Iris Veras enviou carta ao político pedindo "encarecimento" o pagamento do valor devido.

## **Meu de direito II**

"Ganhei o processo em todas as instâncias, ocorre que ele vem se arrastando", escreveu. Cleide menciona que a Justiça determinou a penhora de um Di Cavalcanti. A mulher de Doria contesta a indenização e a venda do quadro, que diz ser do ex-prefeito. O caso está no Tribunal Superior do Trabalho.

## Ações na Justiça por causa do frete mínimo

O fim da greve dos caminhoneiros, que durou 10 dias, não significa que os problemas acabaram. Para alguns setores, eles estão apenas começando e devem se estender em longas disputas na Justiça. É o caso das companhias que já ti-

nam fechado contratos para o transporte de cargas.

“Há empresas que já tinham contratos estabelecidos, com preço, prazos e partes definidos, e o custo do frete já estava acertado. Com a mudança trazida pela tabela, agora sobe esse valor e, com isso, vai reduzir a lucratividade da empresa”, explica o especialista em defesa da concorrência e ex-secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, José Del Chiaro.

Exportadores estão entre os setores que mais sentirão o impacto. Segundo Del Chiaro, alguns de seus clientes estudam ingressar com ação judicial contra a medida. A orientação do advogado é que o empresário negocie com o caminhoneiro o frete, dentro das condições que já tinham sido acordadas.

RODRIGO GAVINI — 28/05/2018



**GREVE** dos caminhoneiros: reflexos

# PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | [plenario@redemibuna.com.br](mailto:plenario@redemibuna.com.br)

## Judiciário na mira

A Procuradoria da Câmara da Serra pediu a suspeição da juíza Telmilita Alves. Segundo o coordenador de Comunicação da Casa, Rodrigo Merlo, todas as decisões de retorno de Neidia Pimentel foram proferidas pela juíza. A Procuradoria também foi ao TJ contra o mandado de segurança dado pelo juiz Leonardo Lopes no sábado que pode anular a eleição.

\* \*



**JACK:** decisão da Suprema Corte

## Confeiteiro não é obrigado a fazer bolo para casal gay

NOVA IORQUE, EUA

A Suprema Corte americana decidiu ontem a favor de um confeiteiro cristão que se recusou a fazer um bolo para um casamento entre pessoas do mesmo sexo. O tribunal, porém, afirmou que a decisão vale especificamente para este caso.

Segundo a opinião vencedora, escrita pelo juiz Anthony Kennedy, a discussão sobre em quais circunstâncias uma pessoa pode invocar princípios religiosos para desobedecer a uma lei anti-discriminação deverá ficar para o futuro.

Outros casos semelhantes, incluindo o de uma florista que se recusou a fornecer arranjos a um casamento gay, ainda estão pendentes na corte.

Por 7 votos a 2, o tribunal disse que Jack Phillips, dono de uma loja de doces no Colorado, foi injustamente tratado pela Comissão de Direitos Cívicos do estado e que ela expressou um viés antirreligioso na decisão contra o confeiteiro.

Em 2012, o casal Charlie Craig e Dave Mullins visitaram a loja de Phillips nos subúrbios de Denver, mas o confeiteiro afirmou que não iria fazer o bolo para o casamento de ambos. Com isso, eles entraram com uma reclamação na Comissão de Direitos Cívicos, que deu vitória ao casal. Decisão que foi derubada pela Suprema Corte.

ORLA



VITOR JUBINI

Quiosques na orla de Itaparica, em Vila Velha: MPF diz que construções foram feitas sem saneamento e sem licença ambiental

# Itaparica pode ficar sem quiosques antes do verão

Prefeitura de Vila Velha recorrerá da decisão que determina demolição das estruturas

LARA ROSADO  
lrosado@redgazeta.com.br

Há 10 anos na Justiça, o futuro dos quiosques das praias de Itapoã e Itaparica, em Vila Velha, é incerto. A Justiça Federal determinou no último dia 18 a demolição das 46 construções da orla. No entanto, a administração municipal informou ontem que vai recorrer da decisão no Superior Tribunal de Justiça. Caso a determinação permaneça, os quiosqueiros deverão desocupar os espaços em até dois meses, antes do verão.

De um lado, o Ministério Público Federal, autor da ação civil, e a Associação de Moradores de Itaparica defendem a demolição dos atuais quiosques. De outro, os quiosqueiros e a Prefeitura de Vila Velha se posicionam contrários à decisão.

A ação civil do Ministério Público Federal (MPF) é de 2008, quando foi constatado que a ocupação se deu de forma ilegal. Segundo o órgão, os quiosques se estabeleceram sem licenciamento ambiental, sem compromisso com o aspecto paisagístico, sem saneamento básico, sem o pagamento de qualquer taxa de utilização e sem submissão a concorrência pública que garantisse o direito de utilizar o espaço.

Diante disso, o procurador-geral da prefeitura, José de Ribamar Lima Bezer-



VITOR JUBINI

## “Turismo em risco”

O quiosque de Bruno Vitalino funciona há 30 anos em Itaparica. “Poderíamos entrar no projeto novo. Sem quiosques, parte do turismo de Vila Velha vai acabar.”

ra, esclareceu que há um projeto de reurbanização da orla que contempla as situações “ventiladas na ação civil pública”. “O que temos de fazer é a execução desse projeto para evitar essa demolição de forma traumática que não beneficia a sociedade, nem os mais de 500 trabalhadores que estão naquele local, nem os

fornecedores.”

O projeto prevê um menor número de quiosques nas praias, mas a quantidade e detalhes do estudo não foram informados pela prefeitura, que passou a ser encarregada pela gestão das praias da cidade desde o ano passado.

Por meio de nota, o MPF disse que “não é contra a ins-



VITOR JUBINI

## Ganha-pão

À frente do Quiosque do Tatá, em Itaparica, Diogo Batista confessa que ficou sem chão com a notícia da demolição. “É a renda de muita gente.”

talação dos quiosques desde que a ocupação se deu de forma ordenada, a partir de estudos e planejamento que garantam o cumprimento da legislação em vigor”.

O desejo dos comerciantes, segundo o presidente da Associação dos Quiosqueiros, Paulo Roberto Neves, é que os atuais quiosques sejam considerados provisó-

rios até que o projeto de reurbanização comece. Paulo destacou ainda que todos os quiosques estão ligados à rede de esgoto da cidade. “Não tem sentido deixar a Praia de Itaparica deserta. O final já não tem nada porque não tem segurança”, diz.

Já o presidente da Associação de Moradores de Itaparica, Adroaldo Lopes, disse que a comunidade quer novos quiosques. “Não queremos que fique sem, mas que sejam construídos quiosques mais modernos, higiênicos e bonitos.”

A Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU) notificará os ocupantes dos quiosques que terão um prazo de 30 dias, a contar dessa notificação, para deixarem o local. Caso eles não saiam espontaneamente, a SPU terá 20 dias para fazer a remoção.

### ENTENDA

#### QUIOSQUES

##### ▼ Início na Justiça

O MPF entrou com uma ação civil pública na Justiça em 2008, quando constatou a ocupação dos quiosques de forma ilegal.

##### ▼ Decisão judicial

Em fevereiro de 2013, a Justiça determinou a demolição dos quiosques, o que não ocorreu por

conta de apelações feitas pela Prefeitura de Vila Velha, associação de comerciantes e Superintendência do Patrimônio da União.

##### ▼ Execução da sentença

No mês de agosto de 2013, o MPF pediu a execução da sentença de desocupação e demolição dos quiosques.

##### ▼ Demolição

No último dia 18, a Justiça determinou a demolição. A Superintendência do Patrimônio da União (SPU-ES) notificará os quiosqueiros que terão um prazo de 30 dias para deixarem o local. Caso eles não saiam, a SPU-ES terá 20 dias para fazer a remoção.

### OPINIÃO



“Sem os quiosques, vamos ficar completamente desprotegidos. Vai ficar deserto, muito perigoso caminhar no calçadão”

HELENA DE CASTRO  
APOSENTADA



“Os frequentadores vão aos quiosques para reunir os amigos e a família. Se tirar, onde as pessoas vão passar seus momentos de lazer?”

WASLI PONTES  
BARMAN



“Não concordo com as demolições dos quiosques das praias. É o ganha-pão de muita gente e onde muitas famílias se reúnem”

PENHA ISMAEL  
PROFESSORA



“Não sou a favor das demolições. Moro em Gaivotas e ando no calçadão. Para a gente que caminha, o movimento é ótimo”

ISMAEL PAGIO  
APOSENTADO

# Reportagem Especial

LEONE OLIVEIRA

**MÃE MOSTRA CONVERSA COM PEDÓFILO, no celular. Ela se passou pela filha para conseguir informações e ajudar a polícia a prender o criminoso**



**MÃE DA MENINA**  
**“Sentimento é mistura de raiva com nojo”**

Uma zeladora, de 29 anos, e o marido dela, descobriram há duas semanas que um pedófilo tentou se aproximar da filha deles, de 8 anos, pelo celular. A mãe se passou pela criança e conversou com o suspeito.

**A TRIBUNA - O que o suspeito falou quando você disse que não podia tirar as fotos que ele pedia?**

**ZELADORA -** Ele falava para ir para o quarto, me trancar e brigar com meus pais, para eles me deixarem ficar trancada no quarto. Ficava induzindo a tirar a foto.

**> O que você fez?**

Desativei o Messenger dela para ele não enviar mais mensagens e vou à delegacia na segunda-feira (hoje), porque ainda não tive como ir por causa do trabalho. Ele comentava nas fotos dela, falava que queria beijar a boca dela. Horrível!

**> O que sentia ao falar com ele e ler as mensagens?**

O sentimento era uma mistura de raiva com nojo. Minha vontade era de falar que ele estava falando com a mãe dela e xingar. Quis ver até onde ele iria. Ele perguntava se ela já tinha seios. Senti mais nojo dele ainda. Uma pessoa que pode ter 50 ou 60 anos, mandar mensagens assim, para uma menina de 8 anos...

**> Qual o alerta que você faz?**

O alerta que deixo aos pais é: tem que olhar! Se puder, olhar todos os dias, porque a criança é inocente. Já éramos rigorosos, agora estamos ainda mais.

**“Falava para ir para o quarto, me trancar e brigar com meus pais, para deixarem ficar trancada no quarto”**

CRIME FEDERAL

## Pais ajudam a prender pedófilos da internet

**Ao descobrirem que os filhos se comunicam com criminosos, pais se passam por eles e conseguem dados do bandido para a polícia**

Leone Oliveira

A polícia tem contato com aliados valiosos para solucionar casos de pedofilia: os pais de crianças e adolescentes. Eles agem como detetives para ajudar a prender os criminosos.

Ao descobrirem que os filhos se comunicam com pedófilos, os pais se passam pelas crianças e assu-

mem a conversa com os suspeitos, para levantar informações preciosas para a investigação policial.

Segundo o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, os pais fazem a denúncia, entregam prints (cópias das telas de computador) com as conversas, número de telefone ou perfil dos pedófilos nas redes sociais.

“Não incentivamos isso. Mas, quando a pessoa já traz isso pronto, claro que ajuda na investigação, porque já temos a identificação do pedófilo. Conseguimos até marcar encontros, com o monitoramento da polícia, e efetuar a prisão.”

Pazolini estima que cerca de 15% dos casos que chegam à DPCA tiveram a ajuda inicial dos pais

atuando como detetives. “Muitos casos que poderiam ser abusos sexuais têm sido evitados”, disse.

Um dos casos em que os pais agiram como detetives e evitaram um abuso ocorreu com uma menina, de 8 anos. A mãe dela, uma zeladora, de 29, desconfiou de um “amiguinho” da menina, que insistia em chamar a criança para conver-

**“Comecei a conversar com ele, como se fosse minha filha. Ele queria que ela mandasse foto nua e de calcinha”**

Zeladora, mãe de menina de 8 anos

sar no Facebook.

“Comecei a conversar com ele, como se fosse minha filha. Ele queria que ela mandasse foto de biquíni. Depois, pediu foto dela nua e de calcinha”, contou a mãe.

A zeladora disse que no perfil do suspeito existiam fotos de personagens e jogos infantis. Além disso, as amizades dele eram só com crianças.

Pazolini informou que os pedófilos usam essas imagens para se aproximar das crianças. Já no caso dos adolescentes, eles usam fotos de bandas e atores teen.

“A intenção do pedófilo é ganhar a confiança da vítima, para pedir fotos e vídeos. Depois, começam as chantagens, em busca de mais imagens e encontros”, explica.

### OUTROS CASOS

#### Pedófilo dava dicas para tirar fotos sensuais

Uma cabeleireira, de 40 anos, descobriu que a filha, de 11, enviou fotos nuas a um pedófilo. O caso ocorreu em um bairro de Vila Velha. Era o próprio suspeito quem orientava as poses em que a vítima deveria aparecer.

O acusado, de 27 anos, ficava sempre próximo à escola da vítima, que acredita que ele conseguiu o contato dela por meio de uma amiga. O pedófilo responde pelo crime em liberdade.



#### Perfil falso de empresária de atriz para seduzir crianças

Para seduzir crianças, um pedófilo se passou por empresária de uma atriz teen e criou um perfil falso na internet, onde anunciou uma promoção para conhecer a artista.

Uma menina, de 10 anos, de Cariacica, pediu a tia, uma universitária, 24, um short curto.

A tia desconfiou, se passou pela sobrinha e conversou com o pedófilo, descobrindo que a intenção do criminoso era obter pornografia infantil. Ela denunciou o caso à polícia.

#### Nudes em troca de camisas de marca

Um suspeito, de 19 anos, entrou em contato com um adolescente, de 13, pelo Facebook. Após muita insistência, o menino conversou com o suspeito, que prometeu a ele duas camisas de marca em troca de nudes.

A mãe do garoto fingiu ser a vítima. Um encontro foi marcado com o suspeito que é de Linhares, sob monitoramento da polícia. O pedófilo desconfiou e fugiu. Contudo, ele foi localizado e agora responde ao processo em liberdade.

#### Pedagogo aliciou aluno de escola

Um adolescente, de 14 anos, foi aliciado pelo pedagogo, de 45, de uma escola de Vila Velha. Segundo o menino, o suspeito conversou com ele pelo celular. As conversas tinham cunho sexual.

O pedagogo pediu ao garoto fotos de cueca. A avó da vítima denunciou o caso e o suspeito também responde em liberdade.

Reportagem Especial

CRIME FEDERAL

# Aplicativos para vigiar os filhos nas redes sociais

O titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, orienta os pais a instalarem filtros e aplicativos que bloqueiam conteúdos maliciosos no celular e computadores das crianças e adolescentes.

"Existem aplicativos de acompanhamento em tempo real, que permitem aos pais, do próprio celular, acessarem o conteúdo que está sendo visto pela criança ou adolescente, naquele momento, no celular ou dispositivo móvel deles", explicou o delegado.

Segundo Pazolini, esse tipo de ferramenta ajuda a monitorar os filhos e a evitar que eles caiam nas mãos de pedófilos na internet.

Um dos aplicativos que bloqueia o acesso dos filhos a conteúdos pornográficos e maliciosos é o "Controle Parental Screen Time".

A ferramenta tem versões disponíveis para sistema Android e iOS e ajuda aos pais a controlarem quanto tempo os filhos podem usar celulares e tablets.

O programa permite que os pais, a partir de seus próprios celulares, possam bloquear aplicativos específicos e aprovem, ou não, a instalação de novos.

Outra ferramenta com o mesmo objetivo é o "Kaspersky Safe Kids", que disponibiliza notificações sobre atividades suspeitas e resumos das coisas que os filhos pesquisam, veem e compartilham.

Pazolini, no entanto, ressalta que é fundamental aos pais que também tomem outros cuidados para evitar que os filhos entrem em ambientes virtuais inseguros.

"Jamais, em hipótese alguma, o

computador ou dispositivo móvel deve ficar em ambiente onde só a criança e o adolescente tenham acesso. É fundamental o acompanhamento e monitoramento de um adulto", frisou ele.

O delegado ainda destacou que esses crimes acontecem dentro de casa. Por isso, os pais precisam ficar atentos, e também não devem postar conteúdos que possam expor os filhos a outras práticas, como o bullying.

"A regra de ouro é não postar em redes sociais nada que você não colocaria em um outdoor. É fundamental o acompanhamento, monitoramento, orientação e fiscalização das famílias sobre o conteúdo acessado pelos filhos".

“É fundamental o acompanhamento, monitoramento, orientação e fiscalização das famílias sobre o conteúdo acessado”

Delegado Lorenzo Pazolini

INFILTRADOS

O delegado disse que, após a lei 13.441/2017, policiais foram autorizados a se infiltrar em grupos de pedófilos. "A polícia consegue identificar a identidade do suspeito, ver quem compra e produz imagens com conteúdo pornográfico".



DELEGADO LORENZO PAZOLINI orienta pais a usarem filtros de conteúdo

## Punição para o "abandono" de crianças no mundo virtual

O especialista em Tecnologia da Informação Eduardo Pinheiro Monteiro afirmou que a legislação prevê punição aos pais que deixam seus filhos em estado de abandono na internet e criam verdadeiros "menores abandonados digitais".

Segundo ele, o ambiente digital é equiparado ao real e pelo Código Civil, no artigo 1638, inciso segundo, onde está prevista punição ao pai com a perda da guarda se deixar o filho em estado de abandono.

"Já o Código Penal, no artigo 133, pune os pais com detenção de até três anos, se deixarem os filhos abandonados na rua ou na internet. E se, por causa desse abandono o adolescente morrer, seja pela ação de um pedófilo ou por participar de um desafio perigoso da web, os pais poderão pegar até 12 anos de reclusão", frisou.

Monteiro ressaltou que os pais precisam entender que a rede mundial é a rua virtual, e que os mesmos riscos que existem no mundo real, também estão na palma da mão, com o uso do celular sem os cuidados devidos.

"Internet não é um ambiente seguro. O que existe é comportamento seguro nela", frisou.

A respeito dos aplicativos de controle parental, o especialista destacou que eles não ferem a lei Carolina Dieckmann, que pune a invasão de dispositivos móveis alheios, "porque a linha telefônica está no nome do pai ou da mãe", e que eles exercem a fiscalização dos filhos.

De acordo com o especialista, os pais devem orientar os filhos a desconfiarem de comportamentos estranhos na internet.

FERRAMENTAS PARA OS PAIS

## Programas bloqueiam conteúdos

### Controle Parental Screen Time

COM O PRÓPRIO celular, os pais podem limitar o tempo diário que seus filhos podem utilizar o dispositivo móvel deles. Além disso, a ferramenta ainda permite aos pais bloquear aplicativos específicos e aprovar a instalação de novos.

COM VERSÕES disponíveis para sistema Android e iOS, o download é gratuito, porém há recursos pagos.



### Parental Control App - Kidslox

O PROGRAMA filtra os conteúdos que os filhos podem acessar no celular, impossibilitando a visualização de material pornográfico, por exemplo. Outra funcionalidade é a opção para bloquear redes sociais e compras.

VERSÕES DISPONÍVEIS para sistema iOS é gratuito, mas com alguns recursos pagos.



### Kids Place

CRIE UMA ÁREA segura no seu celular ou no dispositivo do filho, onde a criança possa mexer sem correr o risco de acessar conteúdos pessoais, fazer compras indevidas ou ter contato com conteúdos maliciosos.

A FERRAMENTA disponível para sistema Android possibilita selecionar quais os aplicativos que a criança pode acessar no telefone, como se tivesse criado uma nova área de trabalho, da qual só se consegue sair se inserir a senha de bloqueio.



### Kaspersky Safe Kids

ESSA FERRAMENTA também possibilita limitar o tempo diário de uso dos filhos de dispositivos móveis. Entretanto, esse aplicativo permite aos pais determinar quais recursos do dispositivo o filho pode usar.

O SOFTWARE mostra localização da criança em um mapa e apresentam notificações sobre atividades suspeitas e resumos das coisas que os filhos pesquisam, veem e compartilham. Versões para iOS e Android.



O QUE É PEDOFILIA?

### Para a Justiça

Pedofilia, segundo o Superior Tribunal Federal (STF), é crime federal. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera crime o ato de "adquirir, possuir ou armazenar material que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica de criança ou adolescente."

### Na medicina

A pedofilia está entre as doenças classificadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como transtornos da preferência sexual. Pedófilos são adultos (homens ou mulheres) que têm preferência sexual por crianças ou adolescentes, de acordo com a OMS.

## Colaboração de empresas

A reportagem de A Tribuna entrou em contato com o Facebook e o WhatsApp para saber como é a colaboração dos responsáveis com a polícia, nas investigações de crimes de pedofilia em suas plataformas.

Em nota, o Facebook informou que tem zero tolerância com a exploração de imagens infantis, e trabalha para prevenir e remover conteúdos dessa natureza.

"Desde 2011, por exemplo, usamos a tecnologia de 'PhotoDNA', criada pela Microsoft, para impedir que imagens já identificadas como de exploração sexual infantil sejam publicadas na plataforma. Colaboramos ainda com as autoridades em investigações ativas", disse a nota enviada pelos portavozes da rede social.

Além disso, nos padrões de comunidade do Facebook está descrito que não é permitido conteúdo que explore sexualmente as

crianças ou as coloque em risco.

Ao tomar conhecimento dessas publicações, a empresa denuncia ao National Center for Missing and Exploited Children, em português, Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas (NCMEC).

Essas denúncias possibilitaram prisões de pedófilos em operações da polícia, como a "Luz na Infância", que foi realizada no País, nos últimos dois anos.

O WhatsApp também orienta seus usuários, em suas políticas de segurança, a denunciarem ao NCMEC conteúdos de abuso ou exploração sexual infantil. Além disso, contas que violam os termos de serviço do aplicativo são banidas.

As configurações de privacidade também ajudam a determinar quem pode entrar em contato com o usuário, ver foto de perfil e quando esteve on-line.

ANÁLISE

### "Os pais têm que achar que pode acontecer na casa deles"

Cássia Rodrigues, psicóloga e terapeuta do sistema familiar



"Na cabeça do adolescente, ele está conversando com uma pessoa da idade dele. Mas, na verdade, está conversando com um abusador.

É normal o adolescente ter essa carência afetiva e começar a se apaixonar. A pessoa que está no outro lado da tela vai dizer para o adolescente o que ele quer ouvir.

O pedófilo tem características de psicopata. Ele é manipulador, tem lábia e fala o que a pessoa quer ouvir. Todo pedófilo é psicopata.

O filho vai tentar proteger essa pessoa, achando que ela tem 14

anos, porque pensa que está conversando com alguém da mesma idade dele. Ele não tem essa noção.

Os pais têm que desconfiar de quem está conversando com o filho na internet, porque pode não ser um menino de 11 anos, mas um homem ou mulher de 45 anos.

Se o filho ficar muito trancado no quarto, conversando no celular, o pai não tem que chegar gritando na porta, mas precisa entender de forma madura e procurar o diálogo com o filho. Os pais têm que achar que pode acontecer na casa deles."



# Vila Velha recorre contra demolição de quiosques

A prefeitura vai entrar com uma ação na Justiça Federal para tentar barrar a ordem de retirada dos estabelecimentos

Rafael Gomes

Os donos de quiosques nas praias de Itaparica e Itapuã, em Vila Velha, têm menos de 50 dias para desocupar a orla, mas a prefeitura do município vai entrar na Justiça para tentar impedir a demolição das 46 construções.

A derrubada dos quiosques foi determinada pela Justiça Federal no mês passado, como mostrou com exclusividade a reportagem de A Tribuna na edição do dia 25 de maio. De acordo com a decisão, os quiosques funcionam de forma irregular no local desde 1990.

A Prefeitura de Vila Velha pode usar como justificativa o fato de que a gestão das praias da cidade, que antes ficava a cargo da União, foi transferida para o município em setembro do ano passado. Com isso, passaria a administrar a praia por 20 anos, além de licenciar e fiscalizar atividades econômicas.

A decisão da Justiça determinando a desocupação imediata é novidade, mas a ação já tramita há dez anos.

De acordo com o Ministério Público Federal do Estado (MPF-ES), além da ocupação irregular em área da União, os quiosques foram instalados sem licenciamento ambiental e sem respeitar aspectos sanitários e paisagísticos.

O MPF-ES argumenta, ainda, que as instalações sanitárias, em sua maioria, não estão ligadas à rede de tratamento e lançam os dejetos diretamente na rede pluvial. Em 2013, a Justiça chegou a determinar a desocupação voluntária. Agora, a determinação é para que



as construções sejam demolidas.

Em nota, a prefeitura informou que é contra a decisão e vai entrar com recurso na Justiça Federal ainda nesta semana.

## MOBILIZAÇÃO

Enquanto aguardam a ação da prefeitura, os donos de quiosques e moradores da região estão se mobilizando para impedir a demolição. Diversos cartazes protestando contra a desocupação foram colados ao longo da orla. Um abaixo-assinado foi criado, e já conta com 3 mil assinaturas.

Uma das ideias dos quiosqueiros é de que as construções sejam mantidas como transição para a futura reurbanização da orla.

"A demolição não é a melhor saída. A praia vai ficar deserta e os quiosqueiros, desempregados", disse o presidente da Associação dos Proprietários de Quiosques de Itapuã e Itaparica, Paulo Roberto Neves.

## SAIBA MAIS

### Decisão vale para 46 quiosques

#### Demolição

> A JUSTIÇA FEDERAL determinou, no dia 24 de maio, a execução de sentença que visa à desocupação e à demolição dos quiosques da orla de Itapuã e Itaparica, em Vila Velha. Ao todo, são 46 estabelecimentos.

> A DECISÃO define prazo de 50 dias, sendo 30 dias para comunicar os ocupantes e os órgãos públicos, e mais 20 dias para a demolição.

#### Motivo

> A DEMOLIÇÃO será feita porque a faixa de areia é de preservação perma-

nente, sendo um bem da União.

> A OCUPAÇÃO é considerada irregular, sem licenciamento ambiental e sem respeitar aspectos sanitários, paisagísticos e estéticos.

> A AÇÃO corre na Justiça desde 2008.

#### Recurso

> A PREFEITURA DE VILA VELHA vai entrar com um recurso nesta semana para tentar impedir a demolição.

Fonte: Justiça Federal, MPF-ES e Prefeitura de Vila Velha.

## QUIOSQUEIROS ESTÃO HÁ ANOS NO LOCAL



### Trabalho de 28 anos pode ir ao chão

O comerciante José Cicero da Silva, 62, foi um dos primeiros a montar um quiosque em Vila Velha, tendo começado a atuar no local em 1990.

Agora, ele teme que o trabalho de uma vida – afinal, já são 28 anos de quiosque – seja demolido.

"Trabalho de sol a sol, de segunda a domingo, até o último cliente. Isso aqui é minha vida. Penso sempre em melhorar, nunca imaginei passar por uma situação como essa", comentou o quiosqueiro.

### Esperança de continuar na praia

O tradicional Quiosque do Tito é um dos que será demolido. Tito, o proprietário, ficou surpreso com a determinação, mas está confiante.

"Foi uma surpresa grande receber essa notícia, mas estamos confiantes de que a prefeitura vai conseguir a manutenção dos quiosques. Até porque, a população está do nosso lado", disse.



## FALA, LEITOR!



GILSON BORBA, 56, fotógrafo

"Sou contra a retirada. Quiosque é ponto de encontro com os amigos. É algo cultural. Vamos perder essa convivência"



MARIA CAÇADOR, 52, autônoma

"Eu estou empenhada junto com um grupo de moradores da região para a não derrubada dos quiosques"



JEFERSON LIMA, 44, chef de cozinha

"É um absurdo. Vila Velha é carente de lazer. Além disso, vão tirar diversos empregos e deixar a orla deserta"

## PROTESTO

### Desemprego

O quiosqueiro Erói Dias Vilete, 57, dono do Quiosque do Jajá, trabalha na orla de Vila Velha há 30 anos.

Com um cartaz em protesto contra a demolição em frente ao seu quiosque, ele diz que conta com o apoio dos moradores.

"É uma região sem comércio na orla, então os moradores querem os quiosques. Estamos esperando há anos pela reurbanização, mas não queremos a demolição, que, além de tudo, vai acabar com empregos", disse.

FOTOS: RODRIGO GALINATI



**GALINHÃO, Nacib, Caldeira e Catirica: ao todo, 13 vereadores garantiram a vitória do presidente destituído da atual Mesa, por decisão judicial, para comandar a Câmara no próximo biênio**

CÂMARA DA SERRA

# Grupo de Audifax vai à Justiça para barrar eleição

**Aliados do prefeito defendem que a escolha de Caldeira para comandar a Câmara no biênio 2019/2020 é irregular**

Leandro Reis

A disputa pela presidência da Câmara da Serra ganha mais um capítulo. É que os vereadores da base aliada do prefeito Audifax Barcelos (Rede) vão entrar, esta semana, com um ação na

Justiça na tentativa de anular a eleição da Mesa para o biênio 2019/2020, ocorrida no sábado.

Com 13 votos, o então presidente da Casa, Rodrigo Caldeira (Rede), foi reeleito. No entanto, pouco antes do pleito, uma liminar da Justiça, peticionada pelo grupo de aliados do prefeito, anulou a eleição de julho de 2017, que pós Caldeira no comando.

Assim, o redista, que entrou na vaga aberta com a destituição da vereadora afastada Neidia Pimentel (PSD) da presidência, perdeu o comando da atual Mesa.

Quem assumiu interinamente foi Adriano Galinhão (PTC).

Ele tem até o dia 12 deste mês para convocar a eleição para a Mesa Diretora que vai finalizar o biênio 2017/2018.

Galinhão sinalizou que não deve convocar um novo pleito imediatamente: "Tenho alguns dias". Entretanto, a expectativa na Câmara é de que o grupo de Caldeira tente derrubar a liminar.

Caso isso não seja possível, a convocação será efetivada.

Segundo o grupo apoiado por Audifax, a liminar torna a eleição do sábado irregular, uma vez que os atos de Caldeira à frente da Casa, como a convocação da eleição, estariam nulos.

O vereador Fábio Duarte (PDT), da base aliada, disse que o grupo está discutindo os detalhes da ação. "Não temos dúvida de que iremos anular a eleição", garantiu.

"Todos aqueles atos são inválidos", emendou Cabo Porto (PSB), também da base aliada.

"Se cumprimos a decisão com a saída de Neidia e com a volta de Fabão (suplente), temos de cumprir sobre a ilegalidade dessa eleição", completou.

Quando soube da liminar, o líder do prefeito, Luiz Carlos Moreira (MDB), que disse ser apoiador de Caldeira, faltou à sessão de sábado. "Ela vai ser invalidada", declarou.

## Caldeira muda o discurso e passa para o ataque

Destituído da presidência da Câmara da Serra no último sábado, por meio de uma liminar, Rodrigo Caldeira (Rede) mudou o discurso e fez duras críticas ao grupo aliado do prefeito Audifax Barcelos (Rede) e ao próprio chefe do Executivo em uma rede social.

"Foi uma manobra desesperada e maquiavélica do prefeito Audifax Barcelos e dos seus aliados", escreveu. Embora não se declare oposição, o vereador, que é do mesmo partido de Audifax, é visto como independente.

Procurado, Caldeira disse que o atrito com a base aliada é fruto da rejeição do prefeito em apoiá-lo. "As ações dele (Audifax) têm mostrado que ele não estava satisfeito comigo na presidência", disse.

Segundo ele, o prefeito apoiava o vereador Alexandre Xambinho (Rede) para a disputa da presidência. "Qual o motivo que ele tinha de trabalhar outros nomes que não o meu?", questionou.

Sobre a liminar que o destituiu, o vereador disse que foi um "equivoco". Segundo ele, o Tribunal de Justiça já havia mantido a sua eleição para a presidência no biênio 2017/2018. Caso seja necessária nova eleição, Caldeira afirmou que não tem medo porque o "grupo dos 13 está muito unido".

Procurado ontem para comentar as declarações de Caldeira, a Prefeitura da Serra disse que o prefeito não irá se manifestar por se tratar de assunto do Legislativo.



VEREADORES durante sessão

### O QUE DIZEM OS VEREADORES



FÁBIO DUARTE (PDT)

"A eleição está a cargo do jurídico. Estamos muito tranquilos quanto à ilegalidade. Não temos dúvidas de que será anulada"



CABO PORTO (PSB)

"Não sou inimigo de Rodrigo Caldeira. É uma decisão judicial. Agora, política é a arte da conversa. Nada me impede de votar nele"



LUIZ CARLOS MOREIRA (MDB)

"Há muitos atores políticos interferindo nesse processo. Em ano eleitoral, todo mundo está querendo o seu quinhão"



RODRIGO CALDEIRA (REDE)

"Transcorreu tudo dentro da legalidade. Os vereadores estavam na Casa e não quiseram votar. Vão alegar o que for melhor para eles"



CARLINI: promessa de despedida

## Carlini deve ser reeleito hoje

Pela 6ª vez consecutiva, o vereador Ivan Carlini (DEM) deve ser eleito para a presidência da Câmara de Vila Velha. O pleito acontece hoje, às 17h.

A Câmara de Vila Velha é a segunda mais cara do Estado, com gastos anuais com pessoal de R\$ 22,5 milhões, atrás apenas da Serra, campeã de despesas com R\$ 28,7 milhões. Completa o "pódio" Vitória, com R\$ 17,5 milhões. Os dados são de 2017.

Carlini concorre em chapa de consenso, ao lado de Valdir (Pode), vice; Adeilson Super (PSD), 2º vice; Patrícia Crizanto (PMB), 1ª secretária; Mirim Montebeller (Pode), 2º secretário; e PM Chico Siqueira (PHS), 3º secretário.

Para ser eleito, a Mesa precisa de nove votos dos 17 vereadores. Caso a tendência se confirme, Carlini poderá completar 12 anos presidindo a Casa, após sete mandatos.

O presidente frisa que este será

seu último mandato como vereador: "Estou me despedindo da vida pública", garante.

Segundo ele, a continuidade se deve exclusivamente ao trabalho que tem feito à frente da Casa. "É igual a uma empresa. Se tivesse trabalhando mal, tinham me mandado embora", comparou.

"Nunca mandei vereador votar projeto do prefeito. Tudo é feito no consenso. Todos os 17 vereadores têm o mesmo poder", completou.

### A SESSÃO

#### Passo a passo

- > DATA: hoje, às 17 horas, na Câmara Municipal de Vila Velha.
- > PRESIDENTE: quem preside a sessão é o vereador mais votado nas eleições municipais. Neste caso, Arnaldinho Borgo (MDB).
- > NOMINAIS: os votos serão declarados de forma nominal e aberta.
- > ELEIÇÃO: a Mesa Diretora será eleita com no mínimo nove votos.
- > POSSE: a Mesa eleita toma posse no 1º dia útil de janeiro de 2019.

THIAGO COUTINHO/AT

# Justiça vai decidir sobre guarda de pets

Votação no STJ definirá regras sobre o destino dos animais de estimação em caso de divórcio

Mayra Scarpi

**A**nimaís de estimação estão cada vez mais presentes nos lares brasileiros. E são considerados como membros da família por muitos donos.

Em alguns casos de divórcio, o ex-casal chega a brigar ou entrar na Justiça para saber quem fica com os pets.

Segundo o advogado Flávio Fabiano, da área de Direito de Família, essas questões estão cada vez mais presentes. "O assunto é novo. A sociedade passa por transformações e algumas famílias substituem filhos por pets", observou.

Diante do aumento da demanda referente ao destino dos bichinhos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve decidir a respeito da equiparação entre a guarda de animais de estimação e a guarda dos filhos. Ainda não há uma data definida para a votação.

Flávio explicou que os juízes vêm decidindo sobre a questão da forma como acham melhor ou preferem não tomar uma decisão.

"Alguns decidem que é preciso dividir as despesas, que a outra parte tem direito a passear com o animal, a saber do estado de saúde e da alimentação. O STJ terá que se pronunciar para se tornar referência para as análises dos juízes", afirmou.

Também advogada da área de Família, Thiézy Menegassi diz que a questão é polêmica. "Existe uma problematização da responsabilidade sobre os pets. Há casos que brigam mesmo, como se estivessem disputando por filhos.



**ROBERTA LOZER**, 34 anos, ficou com o Dragon, um buldogue francês, após o fim do seu casamento

O Judiciário precisa normatizar o que já existe na prática", completou.

A empresária Roberta de Carvalho Lozer, 34 anos, se separou há um ano e meio e ficou com o cachorro Dragon, um buldogue francês.

"Lutei muito para ficar com ele. Meu ex dificultou, mas acabamos chegando a um acordo. Porém, se fosse necessário, eu entraria na Justiça. Esse cachorro é a minha paixão", contou.

O advogado Gabriel Bride, da área de Direito de Família, explica que fazer um acordo entre o ex-casal é uma alternativa vantajosa porque é rápida.

"O que pode acontecer é semelhante ao que ocorre com as decisões relativas aos filhos. Despesa compartilhada, regulamentação de visitas com horário definido, decisão em conjunto sobre uma cirurgia que o pet precise fazer, uma semana na casa de um e uma semana com o outro", disse.

## SAIBA MAIS

### COMO É:

**1 CABE A CADA JUIZ** decidir o que será feito em relação ao pet. Quem fica com a guarda é quem tem mais condições de acolher o animal.

**2 O MAGISTRADO** também pode se abster de tomar uma decisão sobre o assunto.

**3 GRANDE PARTE** dos conflitos pela posse dos animais tem sido resolvida mediante acordo entre as partes.

**4 EX-CASAIS** podem dividir despesas relativas aos seus pets.

**5 QUEM NÃO FICA** com o bichinho pode exigir o direito a passear e saber como vai a saúde do animal.

### COMO PODE FIGURAR:

**1 A POSSE** passaria a ser compartilhada entre o ex-casal.

**2 O EX-CASAL** dividiria as despesas, como uma pensão.

**3 A OUTRA PARTE** continua tendo o direito a passeios e a saber informações sobre o animal.

**4 OS DONOS** podem optar por alterar residência: os pets passariam uma semana na casa de um e uma semana na casa do outro.

**5 AS DECISÕES** importantes sobre o animal, como uma cirurgia, devem ser tomadas em conjunto

**6 AS VISITAS** passam a ser regulamentadas e definidas judicialmente.

## OPINIÕES

THIAGO COUTINHO - 16/03/2018



“Animais sempre foram tratados como coisas, agora não é mais assim”

Flávio Fabiano, advogado da área de Direito de Família

FERNANDO RIBEIRO - 05/06/2017



“Há uma tendência do Judiciário em avaliar a questão de forma coerente”

Thiézy Menegassi, advogada de Família

DIVY, GAGLIO



“As disputas pelos pets cresceram e não há previsão legal sobre o que fazer”

Gabriel Bride, advogado da área de Direito de Família

Fonte: Advogados consultados.

## DISPUTA ENTRE FAMOSOS



**GRAZY MASSAFERA** e Cauã Reynmond disputaram a guarda dos três cães após a separação.



**WILLIAM BONNER** e Fátima Bernardes foram à Justiça para ver quem ficaria com Gulliver (na foto) e Chantilly.

# Defesa diz ter prova a favor de pastor

KANANDA NATIELLY

**A**tuando na defesa de Georgeval Alves Gonçalves, o pastor George, o advogado Helbert Gonçalves garantiu que outros colegas que compõem o grupo que defende o acusado de estuprar, espancar e atear fogo no filho Joaquim Alves Sales, de 3 anos, e no enteado Kauã Sales Butkovsky, 6, chegam ao Estado amanhã. Eles são de Minas Gerais.

O grupo deve se visitar o pastor George no Centro de Detenção Provisória II de Viana e vai requerer acesso ao inquérito.

De acordo com o advogado, a defesa ainda não teve acesso aos documentos.

“Ainda não tivemos acesso. Esperamos que amanhã (hoje) possamos ter acesso para poder apurar de fato o que está lá. O fato de não sabermos o que realmente



**PASTOR GEORGE ALVES** está preso desde 28 de abril, em Viana

consta nos autos, nos prejudicou enquanto defesa”, alegou.

Ele afirmou também que, mesmo sem ter acesso ao inquérito policial, a defesa já trabalha com pro-

vas concretas que vão ajudar na liberdade do pastor. “Além de testemunhas novas que ouvimos, temos outras provas, que no momento não posso revelar para não

interferir na nossa defesa”, disse.

## REUNIÃO

A defesa revelou que vai se reunir com a mulher de George Alves, a pastora Juliana Sales também amanhã, em Linhares.

Helbert Gonçalves disse ainda que Juliana continua sem sair de casa e que está desesperada.

“Ela está sem saber o que fazer e sem saber em quem acreditar. Está perdida. Nós vamos tentar esclarecer algumas coisas para ela. Mas o que posso dizer é que ela continua sem chão”, relatou o advogado de Georgeval.

Ele informou ainda que na reunião vai se discutido se Juliana que visitar ou não o marido na prisão.

“Se ela quiser ir visitá-lo, vamos acompanhá-la. Mas essa é uma decisão apenas dela. Estamos ao lado dela e a decisão que tomar, vamos ajudá-la.”

## COTIDIANO

## VILA VELHA

# Justiça manda demolir quiosques da orla

**São 46 unidades construídas de forma irregular e em área pública, diz Justiça**

▲ ERIK OAKES  
eoakes@redgazeta.com.br

Os donos de quiosques das praias de Itapoã e Itaparica, em Vila Velha, estão de "cabelos em pé" desde a última semana. É que a Justiça Federal determinou a demolição das construções, que funcionam de forma irregular e foram construídas em área pública, segundo o órgão.

A decisão é da juíza federal Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand, titular da 5ª Vara Cível, que deu o prazo de 20 dias para a retirada e a demolição dos quiosques. Porém, esse prazo só passa a correr



EDUARDO DIAS

**Foi dado prazo de 30 dias para a demolição dos quiosques de Itapoã e Itaparica**

30 dias após os quiosqueiros e o lema serem oficialmente acionados pela Prefeitura de Vila Velha.

O impasse na Justiça sobre o caso dos quiosques não é novo, e inclusive

gestões anteriores da prefeitura já haviam apresentado projetos de urbanização da orla, com novos quiosques. "Foi uma surpresa receber essa decisão. Tínhamos esperança

de uma notícia melhor", lamenta o presidente da Associação dos Proprietários de Quiosques de Itapoã e Itaparica, Paulo Roberto Neves. "A Justiça tomou a decisão após alguns

recursos que nós e a prefeitura interpusemos. Todo mundo quer que os quiosques fiquem", completa.

A esperança dos quiosqueiros é que as atuais estruturas de alvenaria não sejam demolidas de uma vez, pois podem ser aproveitadas no período de transição do futuro projeto de reurbanização do espaço. "Inclusive, no penúltimo despacho de retirada dos quiosques, foi oferecido pela Justiça - para a praia não ficar deserta e atender à população - que fossem implantados módulos provisórios. A gente raciocinou de forma mais clara e questionou: 'por que não manter os quiosques atuais?'. Eles já têm estrutura de banheiro, de água encanada, com muito mais conforto do que um contei-

ner. A nossa esperança é que eles entendam que os quiosques têm condições de ficar até o início do novo projeto de orla a ser implantado".

Segundo Paulo, agora, os quiosqueiros fazem campanhas na internet, com direito a abaixo-assinado para manter os espaços. "Estamos fazendo manifestações, temos uma enquete nas redes sociais e um abaixo-assinado eletrônico. Estamos procurando toda ajuda possível", ressalta.

Procurada para esclarecer sobre quando os quiosqueiros serão notificados, a forma como será feita a demolição e sobre um possível projeto de urbanização da orla para a troca dos quiosques, a Prefeitura de Vila Velha não se pronunciou.

## REPORTAGEM ESPECIAL

# INVESTIGAÇÕES TÊM SEIS DELATORES NO ESTADO

## Popular na Lava Jato, delação é “tímida” em apurações no ES

▲ VINÍCIUS VALFRÉ  
vpereira@redgazeta.com.br

Delação premiada virou quase sinônimo de Operação Lava Jato. A cada novo delator interessado em revelar esquemas criminosos em troca de abatimento nas penas, mais provas os investigadores arrecadam e mais fundo nas organizações criminosas conseguem chegar. A próxima delação capaz de provocar terremoto político é a do ex-ministro Antonio Palocci, preterido pelos antigos aliados petistas.

Apesar da popularização do uso dos acordos de colaboração premiada no âmbito nacional, no Espírito Santo a frequência é bem menor. Por aqui, são raros os casos em que investigados e investigadores negociam delações.

Nos últimos dias, a reportagem conversou com experientes advogados, policiais e integrantes dos Ministérios Públicos. Segundo as informações colhidas desses atores do ramo, o número de colaborações homologadas pela Justiça em investigações que estão em andamento superam em pouca coisa os dedos de uma mão.

De acordo com informações de fontes que preferiram não ser identificadas, há três delações homologadas no âmbito da Operação Lama Cirúrgica. O Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas



(Nuroc), da Polícia Civil, e o Ministério Público Estadual (MPES) trabalharam juntas no caso, que já tem nove réus.

A operação, deflagrada em janeiro com a prisão de três pessoas, é resultado de uma investigação sobre reutilização de materiais cirúrgicos descartáveis.

Há pelo menos outras duas no âmbito da Polícia Federal e mais uma na qual membros do Ministério Público Federal (MPF) estariam trabalhando.

O delegado de repressão e combate ao crime organizado da PF no Estado, Leonardo Damasceno, disse, em entrevista para A GAZETA

### ACUSAÇÃO

*“(A delação) Aparece como ferramenta muito mais voltada para a acusação, na medida em que tenta suprir a deficiência na apuração de determinados crimes”*

LUDGERO LIBERATO  
ADVOGADO

“há duas semanas, que há “dois ou três casos com delação” em andamento na superintendência capixaba.

Na Lava Jato, segundo o MPF do Paraná, foram 187

acordos de colaboração celebrados com as forças-tarefas de Curitiba e do Rio de Janeiro e com o grupo de trabalho da Procuradoria-Geral da República, em Brasília.

### POR QUE POUCO?

Nas entrevistas feitas com os profissionais do segmento, houve uma teoria comum para a “timidez” no volume de colaborações no Espírito Santo. Para eles, isso se dá simplesmente porque não existem muitas operações contra organizações criminosas complexas que cometem crimes sofisticados como aqueles desbaratados pela Lava Jato.

Em teoria, a colaboração

é uma ferramenta fundamental para que a investigação acesse estruturas e métodos de organizações criminosas. Há, contudo, uma série de críticas à popularização desse mecanismo, como uma possível falta de clareza sobre o que entra ou não no acordo e o proveito que os investigadores tiram das informações entregues quando a Justiça não homologa a delação.

Além disso, entre as condicionantes negociadas, por exemplo, pode estar a autorização para que o delator fique com parte do produto do crime, como apartamentos.

De qualquer forma, é

### ESTRATÉGIA

*“Não é todo crime que vai ensejar a colaboração. É um mecanismo de estratégia da defesa. Não há imposição para colaborar”*

RAPHAEL CÂMARA  
ADVOGADO

também uma opção para os investigados que resolvem admitir os crimes e ajudar na apuração para tentar abater a pena.

“Não é todo crime que vai ensejar a colaboração. É um mecanismo de estratégia da defesa. Não há imposição para colaborar. É instrumento à disposição da defesa técnica, que pode lançar mão da colaboração ou não. Acho o instrumento absolutamente legítimo e salutar”, comentou o advogado Raphael Câmara, sem dizer se trabalha em alguma delação.

“Aparece como ferramenta muito mais voltada para a acusação, na medida que tenta suprir a deficiência na apuração de determinados tipos de crimes. Por trazer benefícios para quem faz o acordo, também não pode deixar de ser vista como estratégia do acusado”, frisou o também advogado Ludgero Liberato.

### A COLABORAÇÃO PREMIADA

#### O QUE É?

##### ▼ Delação premiada

O termo mais preciso é “acordo de colaboração premiada”. Isso porque, segundo juristas, não necessariamente o colaborador delata alguém ou alguma coisa. Ele pode simplesmente apresentar informações

esclarecedoras sobre a organização criminosa investigada.

#### BENEFÍCIOS

##### ▼ Abatimento

O colaborador pode ter penas de prisão transformadas, perdão judicial e redução da pena em até 2/3.

#### HISTÓRICO

##### ▼ Anos 1990

A Lei de Crimes Hediondos, de 1990, é considerada o marco inicial das delações, embora não a tenha mencionado exatamente. Falava em redução de pena para o “associado que denunciar à

autoridade do bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento”.

##### ▼ 1998

Ganhou aplicabilidade, na Lei 9.613/98, sobre os crimes de lavagem de dinheiro, ao permitir que o juiz abata a pena de quem colaborar

espontaneamente com as autoridades.

##### ▼ 2013

Mas a colaboração premiada nos moldes atuais existe graças à Lei 12.850/13, sobre medidas de combate às organizações criminosas. Portanto, é usada para

crimes que envolvem essas organizações.

##### ▼ Arrependimento

Foi sancionada por Dilma Rousseff. A petista já disse que se arrepende. Avalia que faltou “tipificação exaustiva” e virou “arma de arbitrio”.

# Instrumento para solucionar mais crimes

**Delação premiada é uma das alternativas de combate a organizações criminosas no país**

de VINÍCIUS VALFRÉ  
vpreira@redgazeta.com.br

O chefe da Delegacia de Repressão e Combate às Organizações Criminosas da Polícia Federal no Espírito Santo, Leonardo Damasceno, avalia a possibilidade de celebração de acordos de colaboração premiada como "fantástica" no combate a organizações criminosas e diz que "incentiva para que ela seja mais usada, para que nos permita chegar mais longe".

"É um instrumento novo e ficamos até o ano passado numa disputa com o MPF para ver se a gente podia ou não fazer esses acordos. É usado em casos de complexidade. Temos muitos casos de inquéritos mais simples que não comportam

esse tipo de instrumento. Mas tipificar um crime de organização criminosa não é fácil e esse instrumento é para esses casos", disse.

O delegado explicou que a maior parte dos inquéritos é solucionada com estratégias mais tradicionais de investigação, como oitivas, rastreamentos, interceptações e quebras de sigilos.

Disse que a PF no Esta-

## COMPLEXIDADE

*"É usado em casos de complexidade. Tipificar um crime de organização criminosa não é fácil e esse instrumento é para esses casos"*

**LEONARDO DAMASCENO**  
DELEGADO FEDERAL

do só usa delações em "casos excepcionais" e defende que as informações prestadas por delatores devem estar acompanhadas por outros elementos que as comprovem.

"Não vale por si só. O delator tem que trazer comprovações dos dados. Depende da 'expertise' de quem vai fazer a delação para buscar e exigir as comprovações, até para que o delator que não conseguir comprovar perca os benefícios. Não estamos dependentes dela. É mais um instrumento que agrega. Se bem utilizado, nos ajuda a chegar onde nunca poderíamos ter chegado", comentou.

Damasceno estima que a cada mil inquéritos tramitando um ou dois são reforçados com colaborações premiadas. Hoje, na superintendência capixaba, a média de investiga-



O delegado Leonardo Damasceno avalia a possibilidade de celebração de acordos

ções em curso varia entre 1,5 mil e 2 mil.

Em dezembro, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por permitir que a PF feche os acordos. A decisão encerrou uma queda de braço que a polícia travava com o Ministério Público Federal (MPF) por conta de desdobramentos da Lava Jato.

## PROMOTORES

O promotor de Justiça Vitor Anhoque Cavalcanti é membro do Grupo de

Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual (MPES). Ele também vê as colaborações como "excepcionais" e defende que elas sejam celebradas "sem açodamento". Ele cita como caso bem sucedido do uso de colaboração premiada a Operação Âmbar, de 2015, que desarticulou organização criminosa suspeita de sonegação fiscal no setor de rochas ornamentais.

Mas é seguro celebrar delações, uma vez que o

delator pode represar informações importantes?

"O que garante que isso não acontece? A parte provar o que diz e as diligências complementarem. Não é tão simples chegar até o promotor e a polícia e dizer só parte da verdade. Se ele omite algo, normalmente é descoberto. Acho o instrumento seguro, mas também acho que possa estar sujeito a críticas. Ocorreu na Operação Mãos Limpas (Itália), com pessoas cooptadas para desvirtuar os fatos", opinou.

## MINIENTREVISTA

### "PRISÃO PARA FORÇAR ACORDOS PREOCUPA"

FÁBIO TOFIC SIMANTOB, ADVOGADO

Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), o advogado Fábio Tofic Simantob não é contra a delação. Mas elenca uma série de problemas na maneira como o mecanismo popularizou-se na Lava Jato. Não é um instrumento indiscutível das defesas e dos investigados? O IDDD não é contra. Não é uma visão institucional. O que nos preocupa é a forma como os acordos são celebrados, é o uso da prisão para forçar acordos, é a falta de regulamentação. Do momento em que o réu

bate à porta do Ministério Público (MP) até a hora em que o acordo é homologado, ninguém sabe o que foi feito. Quem procura o MP para negociar está sujeito a muitos arbítrios. Não tem muito claro, por exemplo, até que ponto aquilo vai ser usado ou não se o acordo não for para frente. E não existe uma "muralha da China", como a do Cade, para separar quem promove o acordo e quem promove a acusação. No MP, negocia-se com quem está acusando. Também acho que a advocacia tem que fazer

uma autocrítica, separar quem faz a delação de quem defende o réu.

#### Há falhas no levantamento de provas complementares?

Com certeza. Tem o delator que fala e não prova absolutamente nada. E aquilo não servirá para condená-lo, mas vai para a primeira página dos jornais para assassinar reputações. E tem o sujeito que fala: 'eu estive no local em que ele trabalha, em 2015, e ele me cobrou propina'. 'Que provas você tem?'. 'Tenho um tiquete de es-

tacionamento ao lado do local de trabalho dele'. Isso não prova nada.

#### Alguma ressalva quanto ao momento de celebração de acordos?

Criou-se no Brasil, com a delação, uma coisa maluca de começar a cumprir pena pelo que ele nem foi ainda processado. Daqui a anos ou décadas, vão olhar para esses primeiros acordos e achá-los inacreditáveis.

#### Após a Lava Jato, qual panorama o senhor vê para o Brasil no uso da delação premiada?

Esse instituto no Brasil vai acabar evoluindo para uma postura diferente das defesas. É o que o Palocci está fazendo em Curitiba. Ele não conseguiu assinar o acordo, mas decidiu colaborar. O juiz poderá atenuar a pena dele.

#### Há um uso exagerado das delações na

— "Ninguém conta toda a verdade. São seres humanos. O cara está delatando, mas a esposa, o irmão, ele não vai delatar"

#### operação ou estamos falando de crimes complexos que não podem ser descobertos em sua totalidade sem esse instituto?

É verdade, se pegarmos a do Youssef, a do Paulo Roberto Costa... mas esse discurso começou a ser entoado de forma desgarrada da realidade. Foi importante num momento, mas se transformou num vício, como se a cada mês a Lava

Jato precisasse de uma nova delação. Tem delações que não viraram processos, são inconsistentes. Investigadores dizem que apurações complementares são capazes de checar a consistência das delações. Há mecanismos seguros para evitar delações parciais?

Ninguém conta toda a verdade. São seres humanos. O cara está delatando, mas o melhor amigo, a esposa, o irmão, ele não vai delatar. Parto do pressuposto que os verdadeiros comparsas ele não vai entregar. E a questão é que vai dar certo a delação até alguém descubra. Se não descobrir, deu certo para ele. Todos fazem certo cálculo do risco. Alguns incorporam mais, entendem que devem falar tudo o que sabem. Outros menos.

## COFRES PÚBLICOS

# Tribunais gastam com material de fisioterapia para servidores

BRASÍLIA

▄ O Tribunal Superior Eleitoral publicou edital que prevê gastos de até R\$ 102,6 mil para os cofres públicos com a compra de material de “reabilitação fisioterápica” para seus servidores. Entre os itens mais caros estão turbilhão – uma espécie de tanque com água se movendo como um redemoinho para utilização em braços e pernas (R\$ 11,4 mil) -, esteira ergométrica (R\$ 11 mil), máquina de gelo em cubo

MICHEL FILHO/ AG. O GLOBO



**TSE: edital prevê compra de equipamentos**

com revestimento de aço inox (R\$ 9,8 mil) e bicicleta ergométrica (R\$ 5,6 mil). A lista contém 41 itens, entre eles ultrassom terapêutico (R\$ 1,47 mil) e caixa de som portátil com conexão bluetooth (R\$ 536,58). Apenas micro e pequenas empresas poderão participar da licitação. O TSE tem 879 servidores. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça também possuem locais para fisioterapia. (Agência Estado)





A JUÍZA Herminia Azoury, da 9ª Vara de Violência Doméstica de Vila Velha, afirmou que, ao longo da magistratura, aprendeu a lidar com as ameaças

ANTONIO MOREIRA/JAT

VIOLÊNCIA CONTRA MAGISTRATURA

# Juízes da Família e do Trabalho mais ameaçados

Estudo do CNJ mostra que 110 magistrados no País sofrem ameaças de morte, de sequestro do filho, e há telefonemas sobre a rotina no fórum

Tiago Alencar

Um estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelou que 110 magistrados do País relatam ter recebido algum tipo de ameaça por conta dos processos em que atuam. O balanço, feito entre os meses de setembro e novembro do ano passado, mas só divulgado no último dia 21, também apontou que os

magistrados da Justiça do Trabalho e das varas de Família e de Violência Doméstica são mais vulneráveis, no que diz respeito ao recebimento de represálias. Os casos de ameaças vão desde telefonema para o gabinete do juiz detalhando a rotina para ele ficar com medo, até ameaças de morte e de sequestrar filhos. De acordo com CNJ, os juizes do Trabalho são alvos das ameaças porque tratam de casos que envolvem interesse de empresas. Já os da Vara de Família porque envolvem disputas familiares, como a guarda de um filho. O CNJ também identificou que, em 97% dos casos, o desempenho do magistrado é o principal impulsionador das coações. A maior fatia de juizes ameaça-

dos está vinculada aos tribunais estaduais, sendo 97 juizes no total, todos eles titulares em varas da primeira instância. A menor parte, cerca de 5% dos juizes coagidos, é formada por desembargadores. A pesquisa não detalha as ameaças por estados, mas a reportagem pediu ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES) um balanço a respeito da segurança de seus magistrados. A Corte informou que

**“ Já ouvi gente sair da audiência prometendo que acertaria as contas com a juíza, no caso, eu”**

Herminia Azoury, juíza

nos últimos três anos, foram registrados dois casos em que os juizes relataram sofrer ameaças. Já o Tribunal de Justiça do Espírito Santo tem em seus registros, no ano passado, 12 relatos de ameaças sofridas por magistrados. A juíza Herminia Azoury, titular da 9ª Vara de Violência Doméstica de Vila Velha, afirmou que, ao longo da magistratura, aprendeu a lidar com as represálias. “Chega uma hora que a gente se acostuma com o perigo. Já ouvi gente sair da audiência prometendo que acertaria as contas com a juíza, no caso, eu”, declarou. O Espírito Santo coleciona casos de ameaças a juizes, entre eles um que culminou no assassinato do magistrado Alexandre Martins, em Vila Velha, em 2003.

CASOS DE AMEAÇAS

**Até “vaquinha”**  
A Comissão de Segurança do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), quando presidida pelo desembargador Telêmaco Antunes, teve casos em que um ex-detento, durante depoimento, afirmou que estava sendo feita uma “vaquinha”, entre os acusados no processo, para mandar matar o juiz que havia dado a decisão que condenou o grupo.

**Perseguição**  
Uma magistrada que julgava processo referente a questões de violência doméstica alegou que sofreu perseguições por parte de um homem insatisfeito com o resultado de um julgamento, que terminou com pedido de afastamento dele de sua mulher. A juíza contou que, durante alguns dias, o homem ficava em frente ao fórum, como se estivesse estudando sua rotina. O caso foi em 2014.

**Coações veladas**  
Um magistrado que atua no interior do Estado relatou que, logo quando chegou para assumir a Vara para a qual havia sido designado, em Barra de São Francisco, foi informado de que um grupo de criminosos teria alugado uma casa, longe da cidade, para onde ele seria levado para ser executado. Como atuava em processos envolvendo interesses de empresários locais, ele passou a sofrer várias ameaças veladas.

**Mudança de Vara**  
Em Jaguaré, um juiz passou a receber ameaças após condenar um político da cidade por improbidade administrativa. As ameaças não eram especificamente de morte, mas de articular para remover o juiz de sua comarca. No entanto, o magistrado começou a perceber movimentações suspeitas em torno da casa onde morava no município e pediu para ser transferido para a Grande Vitória. O caso aconteceu em 2012.

## Associação tem cartilha com dicas de segurança

Uma das apostas da Associação de Magistrados do Brasil (AMB) para inibir a possibilidade de atentados a magistrados tem sido investir em material preventivo. A associação tem, inclusive, uma cartilha dando orientações aos juizes sobre como agir em casos de se sentirem ameaçados. A vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da AMB, Julianne Marques, afirmou a importância das ações preventivas para os juizes. “O material ajuda o magistrado a se comportar preventivamente acerca de uma potencial ameaça”.

### OS DADOS DO CNJ



MAGISTRADOS AMEAÇADOS			
RAMO DA JUSTIÇA	TOTAL DE MAGISTRADOS	PERCENTUAL DE DE JUÍZES	NÚMERO DE JUÍZES*
Poder Judiciário	110	100%	6,5
Estadual	97	88%	8,1
Trabalho	7	6%	1,9
Eleitoral	4	3%	n/a
Federal	2	2%	1,5

\*A cada mil registrados

Em média os escoltados utilizam os serviços há 2 anos e meio

38 magistrados ameaçados têm escolta total

Em 21% dos casos a escolta total está disponível há mais de 5 anos

47,1% deles convivem com escolta há menos de um ano

### Tipo de segurança dada aos membros do Judiciário

#### Proteção pessoal para 110 magistrados



# Professores e OAB criticam pedido de intervenção

Crises econômica e política e falta de memorial da ditadura fazem movimento que prega ruptura do regime ganhar adeptos

Brunella França  
Luiz Fernando Brumana

O descontento com a política partidária nacional, a crise econômica, a ineficiência do sistema jurídico no combate à corrupção, a incapacidade do Poder Público em investir para a melhora da qualidade de vida das pessoas, somados à falta de um memorial nacional sobre a ditadura são os principais fatores que possibilitam a ascensão de movimentos que pedem intervenção militar no Brasil, segundo especialistas.

"A falta de perspectivas de melhoria acrescenta um elemento dramático à frustração, que encoraja a busca de uma saída simplista e geralmente equivocada", apontou o presidente da comissão de Estudos Constitucionais da seção capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Colnago.

Doutor em História Social, o professor Pedro Ernesto Fagundes ponderou que o que mais existe hoje em relação à ditadura militar brasileira são mitos que encobrem a verdade de um fracasso político, econômico e social. O historiador acredita também que falta conhecimento sobre esse período da história nacional.

"A maioria de quem se manifesta a favor de intervenção militar não sabe o que está pedindo. É um processo de amnésia histórica. A Lei da Anistia de 1979 é um marco na história da impunidade brasileira. Os torturadores não foram responsabilizados no Brasil", destacou.

Já o doutor em Sociologia e História André Filipe dos Santos salienta que tanto no passado, quanto agora, há grupos interessados no regime militar e que seriam beneficiados por ele. "Grupos empresariais se beneficiariam, por exemplo, do discurso nacionalista".

Cientista político e professor, Irineu Barreto chamou a atenção para as consequências de uma intervenção militar. "Não existe intervenção sem sequelas e, ato contínuo, seriam suspensas liberdades individuais e garantias constitucionais, voltaria a censura e a perseguição aos opositores", alertou.

O ex-procurador-geral do Estado e advogado Antônio Carlos Pimentel classificou os que pedem a volta de um regime de arbítrio como "equivocados". "Os militares que tenho ouvido descartam. Em todo caso, esse clamor parte de brasileiros equivocados".



JÓVEM PEDE INTERVENÇÃO MILITAR: mitos encobrem a verdade de um fracasso político, econômico e social

## "É descaminho", afirma Hartung

O governador Paulo Hartung (MDB) classificou a intervenção militar como um "descaminho" para o Brasil. Ele disse que, toda vez que o Brasil flertou com regime autoritário e arbitrário, no momento seguinte, foi um arrependimento quase completo.

"Isso é um enorme equívoco e precisa ser debatido no País. Felizmente, esse equívoco não está pre-

sente no comando das Forças Armadas. São grupos políticos saudosos do regime militar, viúvas do regime, e jovens que não conhecem a História do nosso País. A história deu lições para não enveredar por equívocos como esse", avaliou.

Ao abordar o tema, Hartung se posicionou como democrata aberto ao debate. Segundo o governador, é preciso falar com clareza pa-

ra as pessoas que é dentro das instituições democráticas que os erros devem ser acertados.

"A população tem razão de sobra para estar magoada, isso leva muitas vezes a enxergar solução onde não tem. Precisamos estabelecer o debate. O caminho não é através de bravata e populismo. Temos que trilhar o caminho da democracia", enfatizou.

### O QUE ELES DIZEM



“ Não há uma construção adequada da ditadura. O Brasil não puniu seus torturadores ”

André Filipe dos Santos, sociólogo



“ Intervenção militar, sem meias palavras, é ditadura. Esse cenário seria pavoroso ”

Antônio Carlos Pimentel, advogado



“ A maioria de quem defende a intervenção não sabe o que pede. É um processo de amnésia histórica ”

Pedro Ernesto Fagundes, historiador

### HISTÓRICO

#### Legislação

> A MANIFESTAÇÃO a favor de um regime militar pode configurar crime. A Lei de Segurança Nacional, de 1983, prevê como crimes tentar mudar "a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito" com uso de violência ou grave ameaça e incitar "à subversão da ordem política ou social" ou "à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais, ou as instituições civis".

> A PENA para o primeiro crime é de 3 a 15 anos de prisão, e de 1 a 4 anos para o segundo.



DESFILE de 7 de setembro de 1964

#### Histórico

> HOVE TRÊS intervenções militares na política brasileira ao longo da história republicana: a intervenção que proclamou a República em 1889; a intervenção que ajudou a derrubar a Primeira República na década de 1920; e a intervenção que golpeou a República Popular em 1964.

> EM COMUM, destacam-se a presença de uma doutrina militar inspirando os militares; a presença de um projeto específico para as Forças Armadas; e a intervenção sendo efetivada contra o governo instituído.

#### Governo militar

> A DITADURA MILITAR brasileira teve início em 1964 e durou até 1985. Foram 21 anos de governos militares com apoio de parte da população.

> O AUTORITARISMO e a violência são duas das marcas desse regime. Ao longo dos governos militares, houve censura à imprensa; proibição das atividades de quase todos os partidos políticos; perseguição a opositores e, em alguns momentos, o fechamento do Congresso Nacional.

> A COMISSÃO Nacional da Verdade confirmou, em seu relatório final, 434 mortes e desaparecimentos de vítimas da ditadura. Entre elas, 210 são desaparecidas.

> AO TODO, 1.843 presos políticos foram torturados em 246 locais espalhados pelo País.

Fonte: Especialistas consultados.



DITADURA: 210 desaparecidos

# STF avalia ampliar restrição ao foro

Regra que vale para parlamentares federais pode atingir outras autoridades julgadas pela Corte como ministros e o Presidente

## BRASÍLIA

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve apresentar em plenário uma questão de ordem para definir se a regra que restringe o foro privilegiado para deputados e senadores pode ser aplicada também para outras autoridades julgadas pela Corte.

Se os ministros concordarem, também devem deixar o tribunal processos de ministros de Estado, de integrantes do Tribunal de Contas da União e do presidente da República.

Pela regra aprovada no início do mês, deputados e senadores só são julgados no STF se o crime foi cometido no cargo hoje ocupado e em razão da função pública. A partir da decisão, estão sendo transferidos para a 1ª instância inquéritos e ações penais sobre fatos ocorridos antes da diplomação no cargo.

O mesmo ocorre com crimes comuns, que não têm relação com o mandato – como agressão.

Até agora, 149 processos já deixaram o STF rumo a outras instâncias. Caso a nova regra do foro seja aplicada a outras autoridades, essa conta vai aumentar.

No julgamento do início de maio, o ministro Dias Toffoli chegou a propor que a nova regra fosse aplicada também a outras autoridades com direito ao foro privilegiado não apenas no STF, mas também em outros tribunais – como os governadores, que têm o direito de serem julgados no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Os ministros rejeitaram a ideia.



FUX deve levar ao plenário decisão sobre inquérito que investiga ministro

Argumentaram que estava sendo discutida só a situação dos parlamentares federais.

Agora, alguns ministros que foram contrários já cogitam estender a regra a outras autoridades com foro no STF.

Seria um passo intermediário: nem tão curto para aplicar a regra só para parlamentares; nem tão longo para estender a ideia a todas

as autoridades com foro.

Depois da decisão do foro, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao STF que um inquérito aberto para investigar o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, deixe a Corte e vá para o STJ. Para Raquel, a transferência do processo deveria ocorrer porque Blairo teria cometido o crime antes de ocupar o cargo atual.

O caso não iria para a 1ª instância porque Blairo foi denunciado com Sérgio Ricardo de Almeida, conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TC-MT), cargo que garante o foro no STJ.

Além de ministro, Blairo é senador licenciado. Ele foi denunciado por corrupção ativa pela suposta participação em um esquema de compra de vaga no TC-MT, quando era governador do estado.

## OS NÚMEROS

**149 ações**  
saíram do STF

**1ª instância**  
julga fatos anteriores a mandato

# Registros sindicais suspensos por 30 dias

O Ministério do Trabalho suspendeu por 30 dias os processos de registros sindicais. A decisão foi tomada depois da deflagração da operação Registro Espúrio, da Polícia Federal, que investiga suspeita de fraude na concessão de registros.

De acordo com portaria publicada no Diário Oficial da União de ontem, serão suspensos no prazo de 30 dias "todas as análises, publicações de pedidos, publicações de deferimento e cancelamentos de registro sindical".

A decisão requisita ainda a lista de todas as cartas sindicais emitidas ou recusadas nos últimos 30 dias. A portaria pode ter seu prazo prorrogado.

Entre os alvos da investigação da PF estão os deputados federais Paulinho da Força (SDD-SP), Jovair Arantes (PTB-GO) e Wilson Filho (PTB-PB), cujos partidos controlam a pasta. Eles negam irregularidades.

A PF aponta indícios de esquema de corrupção ativa e passiva, organização criminoso e lavagem de dinheiro no Ministério do Trabalho.

A operação deflagrada na última quarta-feira foi autorizada pelo ministro Edson Fachin, do Su-

premo Tribunal Federal (STF). Na petição enviada ao STF, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, apontou a existência de um esquema criminoso estruturado em cinco núcleos de atuação: administrativo, político, sindical, captador e financeiro.

Ela explicou que se pagava R\$ 4 milhões pela liberação de um único registro sindical. Desde 2017, parte dos integrantes do grupo responde a uma ação por improbidade administrativa em andamento na Justiça Federal, em Brasília. Ao menos 10 servidores da pasta são investigados.

## INVESTIGAÇÃO

### Irregularidades

- > OS REGISTROS de entidades sindicais no ministério eram obtidos mediante pagamento de vantagens indevidas.
- > NÃO ERA RESPEITADA a ordem de chegada dos pedidos ao ministério.
- > A PRIORIDADE era dada a pedidos intermediados por políticos.
- > A OPERAÇÃO apontou um "loteamento" de cargos do Ministério do Trabalho entre os partidos PTB e Solidariedade.



MINISTÉRIO DO TRABALHO: ao menos 10 servidores são investigados



# MAURÍCIO PRATES

[www.mauricioprates.com.br](http://www.mauricioprates.com.br) | [emeprates@uol.com.br](mailto:emeprates@uol.com.br)

## Área do aeroporto

Absurdo é pouco! Uma disputa de 70 anos pela área onde hoje é o Aeroporto de Vitória teve o julgamento interrompido por vista solicitada pelo ministro Herman Benjamin, da 2ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os antigos donos do terreno, de 5,2 milhões de metros quadrados, alegam que a União nunca pagou pela área desapropriada em 1948 – o espaço foi ocupado em 1942 para fins militares durante a 2ª Guerra Mundial.

---

## CASO JBS

# Ex-procurador quer virar juiz

BRASÍLIA

⚡ O ex-procurador Marcello Miller, que é investigado por ter ajudado na delação premiada de executivos da JBS enquanto ainda atuava no Ministério Público, tenta agora virar juiz federal. Ele participará

do concurso aberto no Tribunal Regional Federal da 3ª Região para o preenchimento de 107 vagas de juiz substituto para atuar nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Miller deixou o Ministério Público Federal em abril

do ano passado para trabalhar no escritório Trench Rossi Watanabe, que cuidava do acordo de leniência da J&F, controladora da JBS. Mas, como ele próprio admitiu, auxiliou executivos da JBS antes de ter deixado seu cargo de procurador.

A inscrição de Miller no concurso para juiz já foi deferida, e ele realizará a primeira prova no dia 10 de junho em São Paulo. Atualmente, o ex-procurador mora no Rio. Miller esteve à frente de acordos de delação premiada de grande re-



**Ex-procurador Marcello Miller é investigado**

percussão na Lava Jato, como o do ex-senador Delcídio Amaral e do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró. Também atuou na colaboração de executivos da Andrade Gutierrez.

Miller integrou o grupo de trabalho da Lava Jato na gestão de Rodrigo Janot na Procuradoria-Geral da República. (Agência O Globo)

lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

**LEONEL XIMENES****Justiça com tecnologia**

O TRE-ES julgou, na última segunda-feira, o primeiro processo judicial eletrônico. Foi uma consulta formulada por servidor público que desejava confirmar os prazos para a desincompatibilização do cargo a fim de concorrer na eleição de outubro.

**Até quando?**

Não se pode elogiar, como fez ontem a coluna. O governador mudou de ideia e decretou ponto facultativo hoje para os servidores do Estado. Em seguida, o Tribunal de Justiça fez o mesmo. A sociedade, enquanto isso, continua trabalhando para bancar mais esse privilégio.

RIO DE JANEIRO

## Arma igual à que matou Marielle é apreendida

O Ministério Público do Rio revelou ontem que a submetralhadora MP5, calibre 9mm, do mesmo modelo que supostamente foi usado pelos assassinos da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de Anderson Gomes, irá passar por perícia. A arma já foi encaminhada ao Instituto de Criminalística para que os peritos façam a confrontação balística com os projéteis recolhidos no local do assassinato da parlamentar e seu motorista. A submetralhadora foi apreendida na última quarta-feira em Itaguaí (RJ), numa ação conjunta entre o Ministério Pú-



**Arsenal apreendido com miliciano em Itaguaí**

blico Estadual e a Polícia Civil. A operação levou à prisão de Ruan de Oliveira Dias, conhecido pelos apelidos de Ganso e Traquinas. Durante a incursão, num condomí-

nio, os milicianos resistiram e efetuaram diversos disparos contra os agentes. Ruan de Oliveira Dias tentou fugir pela janela do apartamento, mas acabou capturado.

## Gustavo Senna

É promotor de Justiça e professor da FDV

/// Uma CPI, constitucionalmente falando, deve respeitar os direitos e garantias fundamentais dos investigados e vítimas de crimes, para não causar mais dor e sofrimento

## Sociedade do espetáculo

Na semana passada, as redes sociais e a imprensa local repercutiram os trabalhos da denominada “CPI dos Maus-Tratos”, com destaque para a exposição indevida de pessoas (acusados, suspeitos e vítimas de crimes).

Inevitável não se lembrar do livro de Guy Debord, “A Sociedade do Espectáculo”, de 1967. Nele, Debort observa que o espetáculo tomou tal dimensão que já não se pode separar o que é real do que é espetáculo. Segundo o autor, não se pode mais separar o que é arte, de verdade, e o que é apenas mídia, bem como não se pode mais diferenciar um bom político do que é apenas um produto da mídia, pois a mídia, quando utilizada de forma deturpada, toma conta de nossas vidas nos dizendo quem somos, o que fazer e até em quem votar.

Mas, em um Estado que se diz Democrático e de Direito deve ser indagado: qual o papel de uma CPI? A resposta, caro(a) leitor(a), está cristalina na CF/88, que em seu art. 58, § 3º, diz: “As comissões parlamentares de inquérito, (...) serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, (...) para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo

suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”.

Sendo assim, resta claro que uma CPI não pode “atirar” suas baterias investigativas para todos os lados, sem sequer saber o que irá encontrar. Uma CPI da Constituição (e não do indivíduo) visa apurar fato determinado, do que se conclui, por exemplo, que não se apura o que já foi bem apurado. Aliás, essa é a meta do primo irmão da CPI: o inquérito policial. Uma CPI, constitucionalmente falando, deve respeitar os direitos e garantias fundamentais dos investigados e vítimas de crimes, para dessa forma não causar mais dor e sofrimento.

Porém, segundo a doutrina especializada sobre o tema, o que se nota em terrae brasilis não é bem isso, criticando-se o fato de que, em alguns casos, elas são usadas como espetáculo midiático, servindo, em tese, para pura e exclusiva promoção pessoal de alguns políticos narcisos e televisivos, os quais não estariam, por vezes, se importando com a exposição indevida de pessoas, inclusive, o que é lamentável, vítimas.

O que fazer para combater tais tendências populistas? Mudanças constitucionais são necessárias. Mas, o melhor antídoto é a educação, para assim o povo compreender que “no mundo realmente invertido, o verdadeiro é um momento do falso” (Debord), bem como se preparar para o momento certo para mudanças: as Eleições.



## OUTRAS AUTORIDADES

# Proposta para restringir foro

**Ministro Luiz Fux vai apresentar ideia aos colegas do Supremo Tribunal Federal**

BRASÍLIA

⚡ O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve apresentar em plenário uma questão de ordem para definir se a regra que restringe o foro privilegiado para deputados e senadores pode ser aplicada também para outras autoridades julgadas pela Corte. Se os ministros concordarem, também devem deixar o tribunal processos de ministros de Estado, de integrantes do Tribunal de Contas da União e do presidente da República.

Pela regra aprovada no início do mês, deputados e senadores só são julgados

no STF se o crime foi cometido no cargo atualmente ocupado e em razão da função pública. A partir da decisão, estão sendo transferidos para a primeira instância inquéritos e ações penais sobre fatos ocorridos antes da diplomação no cargo. O mesmo ocorre com crimes comuns, que não têm relação com o mandato - como agressão. Até agora, 149 processos já deixaram o STF rumo a outras instâncias.

No julgamento do início de maio, o ministro Dias Toffoli chegou a propor que a nova regra fosse aplicada também a outras autoridades com direito ao foro privilegiado não apenas no STF, mas também em outros tribunais, mas foi voto vencido. (Agência O Globo)

# PAINEL

---

## Sufoco

O ministro do STF havia despachado dando prazo de 24 horas para o governo entregar o material, mas a Polícia Rodoviária não havia nem sequer enviado os dados brutos à AGU. "Levo ainda hoje, pessoalmente, ao seu gabinete", disse Jungmann a Grace. À noite, a primeira leva de notificações chegou ao Supremo.

## LAMA CIRÚRGICA

## Habeas corpus é negado a médicos

▄ VILMARA FERNANDES  
vfernandes@redegazeta.com.br

Os três médicos ortopedistas réus em ação que apura o suposto envolvimento deles em esquema de adulteração de material cirúrgico – denunciado pela Operação Lama Cirúrgica – tiveram o pedido de liberdade, o habeas corpus, negado pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em sessão realizada ontem.

As prisões preventivas de Nilo Lemos Neto, Rodrigo Souza Soares e Marcos Robson de Cassia Alves Júnior foram decretadas pela juíza Cristina Eller Pimenta Bernardo, da 4ª Vara Criminal de Serra, que recebeu a denúncia do Ministério Público Estadual e decidiu manter a medida.

As defesas recorreram com os pedidos de habeas corpus, alegando que houve constrangimento ilegal. Os médicos foram denunciados por adulteração de produtos medicinais, estelionato, integrar organização criminosa e lavagem ou ocultação de bens ou valores.

Segundo o relator do processo, desembargador Pedro Valls Feus Rosa, não há o que se que questionar quanto à materialidade e aos indícios de autoria dos crimes. Ele disse que a prisão preventiva se faz necessária para garantir a ordem pública e a paz social. “A tranquilidade social é também fortemente quebrada quando, como no caso dos autos, o crime ocorre no particular momento em que a população confia a um médico sua própria vida”, disse em decisão.

SERRA

RICARDO MEDEIROS - 24/05/2018



IMAGEM TV GAZETA - 18/05/2018



A mãe prestou depoimento na CPI dos Maus-Tratos e disse que fugiu de casa, na Bahia, porque o menino era abusado pelo avô, pela mulher dele e por um tio

# Mãe ganha guarda de filho que deixou em BR e terá de morar na Argentina

**Em audiência com o pai do menino, juíza determinou que mulher e criança deixem o Brasil**

▲ **VILMARA FERNANDES**  
vfernandes@redegazeta.com.br

A guarda da criança de 3 anos que foi abandonada na BR 101, em Laranjeiras, na Serra, foi entregue para a mãe. A decisão é da juíza da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Serra, Gladys Henriques Pinheiros. Ela realizou na tarde de ontem uma audiência com os familiares. Foi determinado que mãe e filho deixem o Brasil rumo à Argentina,

onde devem morar.

De acordo com informações da juíza, repassadas pela assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça, a reintegração da criança para a mãe ocorre por ela ter sido considerada apta a receber a guarda do filho. "Mãe e filho possuem forte vínculo afetivo e ficou comprovado que a mãe só queria proteger a criança ao deixá-la na BR 101. Além disso ela já recebeu alta hospitalar e dos medicamentos", informou a magistrada.

O pai da criança, que chegou ao Espírito Santo na última segunda-feira, planeja-

## VÍNCULO

*"Mãe e filho possuem forte vínculo afetivo e ficou comprovado que a mãe só queria proteger a criança ao deixá-la na BR 101"*

**GLADYS HENRIQUES PINHEIROS**  
JUÍZA, em decisão

va solicitar a guarda da criança. Durante a audiência ele confirmou que a ex-esposa era uma ótima

mãe e concordou com a decisão da juíza. Foi garantido ao pai o direito de visitação ao filho e ainda determinado que ele forneça pensão alimentícia. O caso no Estado foi encerrado pela juíza, que determinou ainda que a mãe e o filho deixem o Estado e sigam para a Argentina, onde reside a avó materna.

## O CASO

A criança foi abandonada na BR 101, na Serra, no último dia 18, em um ponto de ônibus. A cena foi vista por um motorista de aplicativo que acionou a polícia. O menino, de 3 anos, foi condu-

zido para o Juizado e, posteriormente, para um abrigo. Horas depois a mãe do pequeno foi encontrada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) às margens da mesma rodovia, só que na cidade de Fundão, em aparente surto. Foi conduzida para um hospital psiquiátrico.

Na última semana, em depoimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos, realizada em Vitória, a mulher relatou que quando deixou o menino na BR fugia do sítio do pai, em Itacaré, Bahia, e que a criança era abusada pelo avô, pela mulher

dele e também pelo tio. No mesmo dia, avô e tio foram presos durante depoimento. A mulher casada com o avô materno não estava presente e é considerada foragida. Na mesma ocasião, foi informado que a polícia baiana teria cumprido mandado de busca e apreensão na fazenda do avô, onde teriam sido encontradas armas.

O processo criminal sobre as acusações de abusos contra a criança e a presença de armas na fazenda onde mora o avô materno da vítima continuará tramitando na área criminal da comarca de Itacaré, na Bahia.

MENINO DEIXADO EM BR

# Justiça devolve criança à mãe

Com a decisão da 1ª Vara da Infância e Juventude da Serra, a mãe agora seguirá para a Argentina com o filho de 2 anos

Jéssica Cardoso  
Tais de Holanda

A Justiça decidiu, em audiência na tarde de ontem, que a guarda definitiva do menino de 2 anos deixado em um ponto de ônibus, na BR-101, na Serra, é da mãe. A decisão foi dada na 1ª Vara da Infância e Juventude do município, pela juíza Gladys Pinheiro. O garoto ficou no abrigo por 12 dias.

A audiência começou às 14h30, com a presença do pai canadense, um professor de Inglês, que veio de Montevideu (Uruguai), para requerer a guarda da criança. Mãe e filho são argentinos.

Na Justiça, corria um processo sobre a guarda do menino desde 2016. Na semana passada, segundo o defensor público Carlos Cordeiro, o pai entrou com um pedido de liminar de guarda provisória, no plantão judiciário.

Inicialmente, o juiz de plantão negou o pedido, e a guarda definitiva ficou para ser decidida ontem. Pela manhã, o pai chegou a prestar depoimento na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), e depois foi para o Fórum.

“A mãe só queria proteger a criança, e ela é ótima mãe, o que foi confirmado pelo pai do menino”

Juíza Gladys Pinheiro



A MÃE do garoto durante depoimento à CPI dos Maus-Tratos. Ela denunciou que o filho sofria abusos do avô e do tio

Na reintegração, a magistrada disse que a mãe do menino está apta a receber a guarda do filho. “Mãe e filho possuem forte vínculo afetivo. O laudo psiquiátrico da mãe deu alta hospitalar e alta de medicamentos também”, disse, em nota, o Tribunal de Justiça do Estado.

O pai concordou que o melhor era que o menino ficasse com a mãe. A juíza autorizou visitação ao filho e arbitrou pensão alimentícia para o garoto. Ainda ficou acordado que a mãe seguirá com o filho para a Argentina, juntamente com a avó materna do menino.

Segundo a juíza, ficou comprovado que a mãe só queria proteger

a criança. “Ela é ótima mãe, o que foi confirmado pelo pai da criança”, disse.

Já na Bahia as investigações sobre os possíveis estupros realizados por Miguel Angel Vilar, avô do garoto de 2 anos continuam.

Titular da Delegacia Territorial de Polícia de Itacaré, o delegado Emanuel Ribeiro Matos, disse que ontem a filha de Miguel de 8 anos foi levada à delegacia e foi submetida a exame de conjunção carnal. O resultado está previsto para sair em 30 dias.

A mãe da garota, Mariana Leque, acusada de estupro de vulnerável, permanece foragida.

## ENTENDA O CASO

### Criança estava na BR

- > MÃE E FILHO são argentinos e moravam na cidade de Itacaré, na Bahia.
- > NO DIA 18 DESTE MÊS, uma sexta-feira, o menino, de 2 anos, foi deixado pela mãe em um ponto de ônibus, da BR-101, na Serra.
- > UM MOTORISTA de aplicativo viu a situação e denunciou. A criança foi levada até o estacionamento de um supermercado, onde foi amparada por policiais militares.
- > DE LÁ, a criança foi encaminhada para o Conselho Tutelar de Laranjeiras, e encaminhada para um abrigo.

### Mãe

- > A MÃE DA CRIANÇA, inicialmente, teria tido um surto, de acordo com informações da polícia.
- > ELA FOI ABORDADA logo depois de deixar a criança e foi encaminhada para o Hospital Estadual de Atenção Clínica (Heac), em Cariacica.

### Avô

- > NO ÚLTIMO DIA 19, o avô materno e um tio da criança deixaram a Bahia e chegaram ao Espírito Santo. Eles foram até o hospital, visitaram a mãe da criança e entraram na Justiça com um pedido de guarda do garoto.

### CPI

- > NO ÚLTIMO DIA 24, mãe e avó materna da criança foram ouvidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos do Senado, em audiência realizada em Vitória. Denunciaram que o avô e o tio abusavam do menino.
- > O SENADOR Magno Malta, presidente da CPI, cumpriu mandado de prisão contra os dois.
- > ONTEM, o pai da criança chegou ao Estado, vindo do Uruguai, e prestou depoimento. A Justiça deu a guarda da criança à mãe.



MENINO foi amparado por policiais



## 'Você quer ser minha família?': como as redes sociais têm incentivado a adoção de jovens 'esquecidos' nos abrigos

Renata Moura - @RenataMS

Da BBC Brasil em Londres

31 maio 2018



JEFFERSON PENA

**"Eu olhei aquela foto, depois cliquei no vídeo e senti que ela já era a minha filha, que eu sempre fui a mãe dela e que a gente só estava separada."**

A operadora de telemarketing Eliene Cristina Magalhães, de 28 anos, e o marido, o jornalista e servidor público Carlos Pierre, de 31, viam a menina se movimentar em frente à câmera, sorrir, abraçar e "trocar a fralda de uma bonequinha".

"Apesar das limitações que ela tem, é uma criança muito doce e pode completar sua família", sugeriam a voz e as legendas em um vídeo de 1 minuto e 28 segundos que assistiam em casa, em Uberlândia, Minas Gerais - e que aproximariam, surpreendentemente, as vidas dos três.

Eliene não esquece: seus olhos estavam fixados em Camili.



## Espera por uma chance

Diagnosticada com retardo mental moderado, a menina morava a mais de 1 mil quilômetros de distância, em Viana, no Espírito Santo.

Estava em meio a milhares de crianças e adolescentes brasileiros na fila de adoção, à espera de uma chance que parecia não chegar nunca.

Camili tinha 12 anos. Viu os irmãos mais novos serem adotados enquanto ela continuava esperando.

"Quando eu encontrei a imagem dela, a empatia foi imediata. A reação do meu marido foi a mesma", conta Eliene.



A foto e o vídeo da menina, postados cerca de quatro meses antes, apareciam em uma página de internet do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e no canal do Tribunal no YouTube.

"Eu vi e comecei a sonhar. Só queria saber o mais rápido possível onde ela estava", recorda Eliene.

Menos de dois meses depois, ela e o marido foram buscá-la.

A adoção de Camili foi possível graças à aposta das Varas da Infância e Adolescência no Brasil em usar redes sociais e outras plataformas online para dar cara e "voz" a crianças e adolescentes que estavam fora do radar da maioria dos possíveis pais e mães no país.

Aproximadamente 90% dos que estão no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) em busca de um filho se mostram abertos, apenas, a crianças com menos de oito anos. Cerca de 64% não querem adotar irmãos e um percentual parecido só está interessado em levar a criança para casa se ela for saudável. Esse não era o perfil de Camili e não é o de mais da metade das crianças que estão hoje no Cadastro - as que estão juntas com irmãos, têm idades entre 8 e 17 anos e vivem, normalmente, durante anos em abrigos.

Muitos acabam não sendo adotados. Alguns se beneficiam de programas de apadrinhamento - o "padrinho" pode ser apenas alguém para conversar e passear ou que dá apoio financeiro,

**BBC**

para custear cursos e tratamentos.

"O programa que estamos desenvolvendo é voltado para as crianças e adolescentes que estão no cadastro, todavia, sem pretendentes. Elas são de difícil colocação em uma família adotiva e suas informações não eram sequer acessadas (por homens e mulheres que estão inseridos como potenciais adotantes no cadastro)", diz a juíza Helia Viegas, secretária executiva da Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Pernambuco (Ceja-PE), pioneira em usar ferramentas online para unir pais e filhos nesses casos.

"Se eu não colocá-los nessa busca ativa, eles vão mofar nos abrigos, vão ficar esperando. Essa é a realidade."

Por meio do Projeto Família, de autoria da psicóloga Maria Tereza Vieira de Figueiredo, que fazia parte da equipe técnica da Ceja-PE e é mãe de cinco filhos, três deles adotivos, a Comissão estadual compartilha fotos e os anseios dos que aceitam participar da campanha, com autorização judicial para isso.

O conteúdo produzido fica, por enquanto, em sua página no Facebook (<https://www.facebook.com/cejapernambuco/>).







Se conseguir aparato técnico, o que tenta viabilizar por meio de parcerias, por falta de recursos, o plano é produzir vídeos e usar o Instagram para reforçar a divulgação.

"Não estamos, com isso, colocando essas crianças e adolescentes na prateleira, como se fossem mercadorias, nem dando visibilidade a eles de forma constrangedora. O que estamos fazendo é tentando ampliar consideravelmente as chances de eles terem uma família", diz a juíza.

"Porque uma coisa é ter os dados frios. Outra é conhecer mais sobre eles. E aí, um mundo se transforma".

Na prática, a ideia é tirar as crianças e jovens nos abrigos do anonimato e permitir que seus nomes, depoimentos, além de pequenos trechos de suas histórias de vida possam ser acessados, visualizados e curtidos por milhares de pessoas, aumentando suas chances de conseguir um lar.



### 'O sorriso mais lindo'

A página do Ceja-PE foi fundamental para ajudar na adoção de Ana Beatriz, ou Bia, no Estado de Pernambuco. Colocada para adoção no CNA em fevereiro de 2015, ela teve sua foto e informações publicadas em janeiro de 2017 - e vistas por quase 40 mil pessoas. Eram posts em que aparecia sorridente usando vestido, e que informavam que ela tinha 7 anos, "nasceu saudável, porém, aos 3, sofreu violência doméstica causando sequelas motoras cognitivas".

"A pequena é guerreira e, dia a dia, vem superando suas dificuldades com muita força de vontade e auxílio de equipe especializada", dizia o primeiro banner em que apareceu e continuava: "Atualmente, ela consegue se manter em pé e caminhar (com auxílio mínimo), se comunica com poucas falas, diz seu nome, pede comida e água, também gesticula e come sozinha. Adora mandar beijos e abraçar".

O pedido de adoção veio 16 dias após a postagem, feito por Tatiane Almeida, enfermeira que enxergou na foto da menina "o sorriso mais lindo".



O projeto de busca ativa de famílias para quem, como ela, enfrentava mais dificuldade de adoção, teve início em 2008 no Estado, mas, na época, se limitava a disponibilizar fotos 3x4 em grupos de apoio à adoção e organismos internacionais relacionados.

## 'Pode parecer pouco, mas não é'

A nova roupagem, com a divulgação de imagens online, de forma aberta, foi autorizada por unanimidade em sessão do Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco em agosto de 2016.

Desde novembro do mesmo ano, 48 crianças e adolescentes foram apresentadas no Facebook, com imagens. O número de crianças disponíveis para adoção, mas sem pretendentes, entretanto, é de cerca de 100. Nem todos participam do projeto, por acharem que se sentiriam constrangidos com suas imagens expostas na rede social ou por apresentarem deficiências físicas mais graves.

Vinte adoções foram concretizadas até o momento e 14 adolescentes e crianças estão em processo de aproximação com pretendentes.

"Pode parecer pouco, mas não é. Em todas essas adoções os pretendentes estavam no cadastro, mas o perfil de filho que buscavam era outro", diz Helia Viegas. "Na hora em que viram a criança ou o jovem com esse outro perfil eles se afeiçoaram, foram à vara da infância e mudaram essa busca".

The image shows a YouTube video player interface. The main video is titled "Esperando por Você" and features a young boy in a white shirt. Below the video, there are statistics: "10 views · 1M 201 visualizações · Última atualização em 24 de abr de 2018". To the right, there is a list of related videos, all titled "Esperando por Você" and featuring different children. The interface includes a search bar at the top, a navigation menu on the left, and a "REPRODUÇÃO / YOUTUBE" watermark at the bottom right.

No Espírito Santo, a campanha "Esperando por você" - que publicou a foto e o vídeo de Camili - foi lançada em 12 de maio de 2017 "para estimular a adoção tardia e apresentar seres humanos cheios de carinho, habilidades e sonhos", explicam a Ceja-ES e a assessoria de comunicação do Tribunal, responsável por formatar a iniciativa. O conteúdo está no site <http://www.tjes.jus.br/esperandoporvoce/> e é divulgado via YouTube e Facebook.

No período de um ano, 30 crianças e adolescentes participaram da ação. Desse total, dois já foram adotados em definitivo e seis estão em estágio de convivência com postulantes à adoção.

"O foco não era aumentar o número de adoções, mas mudar a forma de olhar para esses meninos e meninas, tirá-los do abrigo, apresentar em um novo contexto. Só o interesse despertado já promoveu uma grande esperança", disse o Tribunal à BBC Brasil.



## Procura

Entre maio e outubro de 2017, segundo o levantamento mais recente publicado pelo Tribunal, os vídeos tiveram mais de 100 mil visualizações nas redes sociais. Até aquele momento, a Ceja também havia recebido mais de 1 mil e-mails e aproximadamente 500 ligações de pretendentes à adoção de 20 Estados do Brasil e também de brasileiros residentes na Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Noruega, Tailândia, Inglaterra, Cingapura, França e Japão.



Caio, de 13 anos, aparece no site como "em processo de adoção". Em um vídeo em que colore desenhos de carros, faz brigadeiro e diz "I love you", para citar que inglês é a matéria preferida na escola, ele é descrito como "garoto sorriso" e "muito afetuoso".

Ele pergunta: "Você quer ser minha família?". No YouTube, sua história teve 31,5 mil visualizações.

Hoje, existem 933 pretendentes habilitados no Espírito Santo para adoção. O número é sete vezes maior que o de crianças e adolescentes disponíveis para adoção, estimado em 130 até a semana passada.

Das mais de 40 mil pessoas habilitadas para adotar no país, cerca de 39 mil pretendem adotar crianças com menos de 8 anos, observa o juiz assessor da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, Iberê Dias.

"De alguns poucos anos para cá", segundo ele, "é que se começou a falar sobre esse tema e sobre a possibilidade de adoção de crianças com mais idade". "São pessoas que costumam ficar absolutamente esquecidas pela sociedade, como se não existissem".

No Estado, é a campanha "Adote um boa noite", lançada em 12 de outubro de 2017, que tenta mudar essa realidade.



depoimentos escritos estão no site [www.adoteumboanoite.com.br](http://www.adoteumboanoite.com.br). A ação é divulgada na página do Tribunal no Facebook.



Até agora apenas duas comarcas, da cidade de São Paulo, aderiram ao projeto, Santo Amaro e Tatuapé. Dos 32 acolhidos em Santo Amaro que entraram no site até 30 de abril de 2018, 8 já estão em estágio de convivência - que precede a adoção - e 13 fazem os primeiros contatos com pretendentes selecionados. Até o final de abril, surgiram 357 interessados.

O juiz aponta que apesar das dificuldades, há uma "clara evolução da visão social da adoção", uma vez que "a barreira etária, que até o começo dos anos 2000 estava em cerca de 3 anos de idade, hoje, está em 8 anos". "É uma questão de conscientização social e a idéia desse projeto é continuar pondo o tema em debate e promovendo essa mudança".

Dias avalia que "não é mais possível pensar em meios de dar visibilidade às crianças e colocá-las como sujeitos de direito efetivamente com os métodos usados há 10, 15 anos". "A internet e as mídias sociais mudaram consideravelmente a concepção sobre isso tudo. E podem ser fortes aliadas para a evolução social, desde que bem utilizadas", analisa.

Apenas as crianças e adolescentes que, "depois de estudos feitos com psicólogos e assistentes sociais, mostram-se aptos a tomar a participação na campanha como positiva, independentemente de serem adotados, ou não", participam da ação.

Em outros Estados, iniciativas semelhantes já estão no gatilho, como é o caso do Distrito Federal, onde a Vara da Infância e Juventude prevê a divulgação de fotos e vídeos nas redes sociais.

## Busca ativa

Desde a década de 90, antes de a mobilização começar nos Tribunais, grupos de apoio à adoção no Brasil têm apostado em estratégias de "busca ativa", ou seja, em meios para tentar encontrar pais e mães abertos a adotar crianças e jovens "com um perfil mais amplo", explica a presidente da Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (Angaad), Sara Vargas.

Os métodos e os canais usados, porém, eram outros.



Nesses primórdios, dados como iniciais dos nomes, sexo e situação de saúde eram enviados para esses pretendentes, divulgados por grupos em seus sites - e, já nos anos 2000, também publicados em um grupo específico no Orkut - rede social hoje desativada.

"No começo havia uma grande resistência do Poder Judiciário, que não compreendia a necessidade dessa busca ativa e que muitas vezes via até essas ações com maus olhos. Acreditavam que o Cadastro Nacional de Adoção era o suficiente", diz Sara Vargas.

O Cadastro está sendo reformulado e, nessa nova fase terá fotos, vídeos e desenhos das crianças e adolescentes, disponíveis, porém, apenas para "pretendentes autorizados", dentro do próprio CNA.

"Foi uma grande luta para que se compreendesse o quanto essa questão da visibilidade era importante", acrescenta Sara.

"Porque a gente não se apaixona por quem a gente não conhece, a gente não se apaixona por dados estatísticos, nem por iniciais de nomes. Mas a partir do momento em que a gente conhece um pouquinho mais deles, parte o interesse por gostar do mesmo estilo de música, torcer pelo mesmo time de futebol, pelo sonho que eles têm".

"Então ver essa movimentação toda agora nos deixa felizes".

Um levantamento da Associação, com base em dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostra que entre 2012 e 2017, a preferência por crianças de 0 a 3 anos caiu, em média, 9,3% nesse período. Já a preferência pela faixa etária de 4 a 9 anos aumentou 73%.

Os índices de preferência por adolescentes, entretanto ainda são baixos. Sara acredita que isso deve, em parte, à crença generalizada de que "quanto menor a criança, maior a chance de moldar ela do meu jeito".

Para Sara, entretanto, "não é um preconceito, achar que (os adolescentes) carregam mais marcas do que as crianças pequenas. Quanto maior tempo em que ficam expostos a vulnerabilidades, mais traumas elas poderão carregar".



Uma situação que também aponta como "muito comum" e prejudicial "é a insistência em manter a criança com parentes próximos, que a devolvem para acolhimento quando chega à adolescência.

"Esse menino que foi colocado para adoção aos 13, 14 anos de idade, não entrou em situação de vulnerabilidade aos 12, 13 anos de idade. Ele sempre esteve nessa situação. E nós, enquanto rede de proteção, demoramos para colocá-lo na instituição de acolhimento", diz ela.

"Mas, apesar de tudo, os adotantes tem se aberto mais para adotar adolescentes."



Foi o caso do motorista Edmundo Francisco Negri, de 37 anos, e o cabeleireiro Leandro Pedro Negri, de 34, estão em processo de adoção de José, de 14 anos.

Eles foram habilitados em janeiro e o perfil que buscavam era de criança de 2 a 10 anos, de São Paulo. Até se depararem com uma foto de José, em um grupo de adoção que havia compartilhado um post do Ceja de Pernambuco.

"Eu sou José, sou um menino muito prestativo. Tenho sonho de ser motorista e piloto de avião", era o que estava escrito junto à imagem. "Não tem como explicar", conta Edmundo. "Chamei o Leandro e falei: 'sinto que é esse'. A foto torna a coisa mais próxima".

José estava em Caruaru, a mais de 2 mil km de Itapira, em São Paulo, onde moram.

BBC

**PROJETO FAMÍLIA:  
Um direito de toda criança e adolescente**



José Aparecido



PODER JUDICIÁRIO  
CEJA PE  
Ministério Público

O adolescente estava na casa de acolhimento havia quase um ano. Antes disso, parou os estudos, tomava conta de irmãos e trabalhava como cobrador em uma van de transporte de passageiros. Acabou destituído da família pela Justiça.

"Nosso único receio era de ele não querer nos conhecer por sermos dois pais, mas ele falou para a assistente social que isso não importava. Que o importante era que fosse uma família que desse amor a ele, o que ele não tinha".



O primeiro encontro entre eles, em Caruaru, ocorreu poucos dias depois. Uma postagem no Facebook do casal, em 16 de maio, mostra os três em uma foto e, junto à ela, escrito: "Chegamos em nossa casa! Bem vindo à nossa vida filho amado!".

O processo de adoção teve início em abril e está agora no estágio de "convivência", que deve durar 90 dias. O casal espera que a justiça defira a adoção, após o prazo de guarda provisória.

'Tenho uma mãe, uma casa e um pai?'



ARQUIVO PESSOAL

Eliene e o marido também creem que a guarda de Camili se transformará em definitiva. Ela vive com o casal há seis meses.

"Agora eu tenho uma mãe, uma casa e um pai?", foi o que quis saber no dia 8 de novembro de 2017, quando o juiz contou que passaria a morar com eles.

Desde antes de casar, "o sonho" de ambos era ter um filho biológico e outro por adoção.

Eliene chegou a engravidar, mas, aos sete meses de gestação, soube que o coração da filha



BBC

Eliene chegou a engravidar, mas, aos sete meses de gestação, soube que o coração da filha parou de bater. Seis meses mais tarde, precisou retirar o útero.

Em 14 de setembro do ano passado, assistindo a uma reportagem sobre "crianças mais velhas que as pessoas não têm interesse em adotar", ela viu o link que a direcionaria para a página onde achou as imagens de Camili.

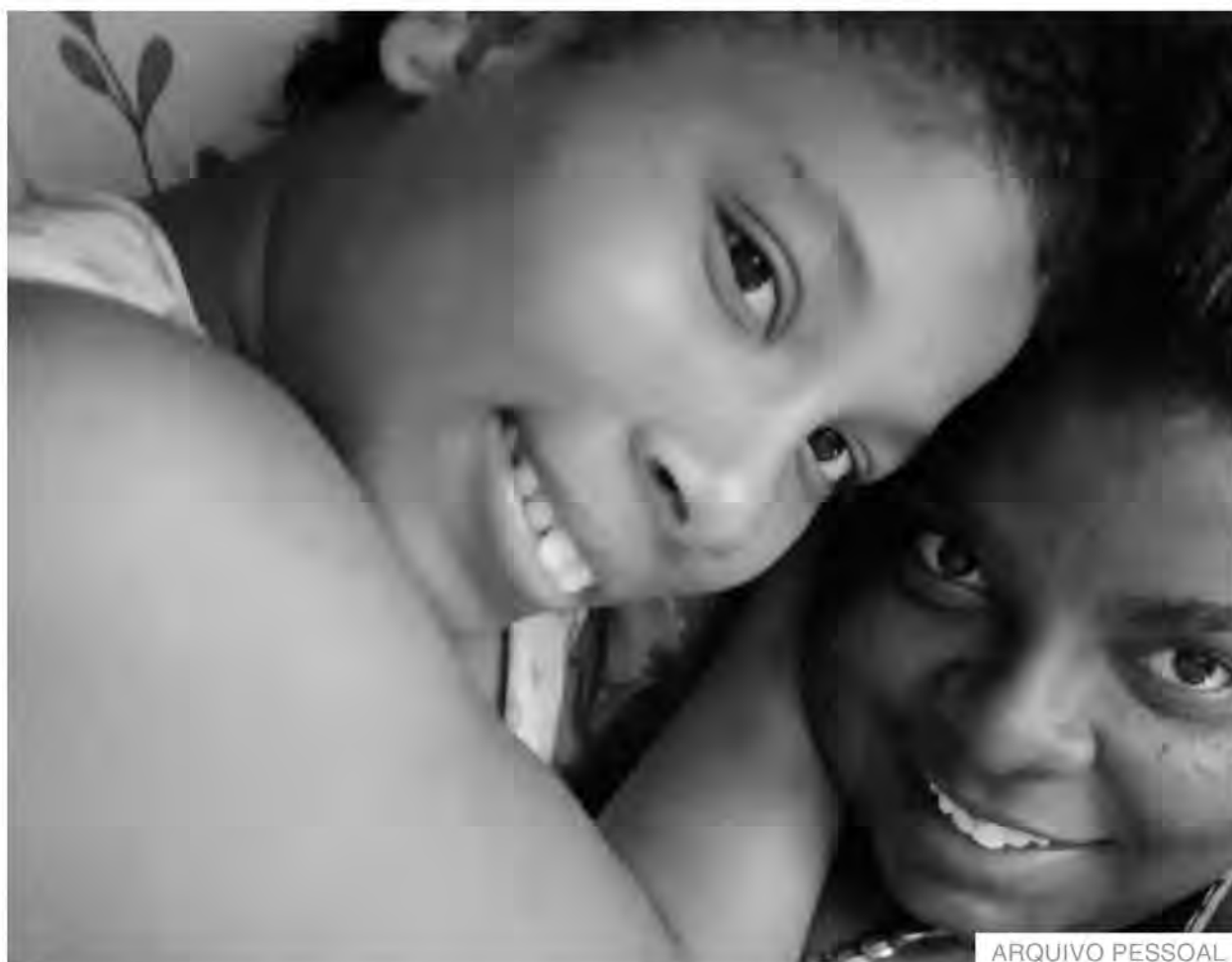
"Só queríamos ser pais, independente da condição da criança", diz ela, que tem planos de adotar outra criança em 2019, ou gêmeos.

Em casa, ela e Camili fazem tranças nos cabelos e trabalhos da escola, juntas.

Um deles, no Dia Internacional da Mulher, pretendia mostrar a importância de ser mulher e o empoderamento feminino.

"Mãe, eu tenho que levar uma foto de você grávida", avisou Camili. Eliene explicou que não havia fotos dela grávida da menina, que se apressou na réplica: 'Então eu nasci do seu coração? Vamos tirar uma foto do seu peito?'".

"Camili entende as coisas. Sabe que é adotada e que o amor é o mesmo. Eu escolhi ser mãe dela e ela me escolheu. A foto que levamos para a escola foi uma foto de nós duas, juntas."



ARQUIVO PESSOAL



lximenes@redgazeta.com.br - Tel: 3321-8521

**LEONEL XIMENES*****Escola Viva  
de São Pedro  
terá o nome  
de Agesandro  
Pereira***

A primeira Escola Viva do Estado, a de São Pedro (Vitória), vai se chamar Agesandro da Costa Pereira, nome do ex-presidente da OAB-ES que morreu no começo desta semana aos 88 anos de idade. O governador Paulo Hartung enviará à Assembleia o projeto dando nome à escola na próxima segunda-feira.

# PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redtribuna.com.br

## Queda de braço entre OAB e TJ

Após receber pela 2ª vez a negativa do Tribunal de Justiça para suspender prazos e adiar audiências em função da greve dos caminhoneiros, o presidente da OAB-ES, Homero Mafra, partiu para o ataque e não poupou críticas ao Judiciário.

"Essa é uma demonstração clara da insensibilidade do Tribunal de Justiça com os pleitos da advocacia, que só pede suspensão de prazos quando não há outra alternativa", disse Mafra para uma matéria veiculada no site da Ordem.

Segundo Mafra, o TRF-2, onde tramitam os processos do Estado e do Rio, atendeu a solicitação e suspendeu os prazos. Ele também afirmou que o transporte de presos também foi suspenso pela Secretaria da Justiça. O 1º pedido da OAB-ES ao TJ foi feito na semana passada, no auge da crise criada pela paralisação e falta de combustíveis, e também foi negado, o que tem aumentado a tensão entre as duas entidades.

### Indeferimento

A presidência do TJ, por nota, afirmou que indeferiu pedido de suspensão de prazos processuais, no último dia 28, "diante das notícias amplamente divulgadas pela mídia, em que foi possível verificar que as dificuldades enfrentadas em virtude do movimento de paralisação vêm sendo amenizadas." Sobre as críticas de Homero Mafra, não se manifestou.

PAÍS EM CRISE

# TST ELEVA MULTA PARA PETROLEIROS

## Greve parou 20 plataformas pelo país e unidades no Estado

Após os petroleiros iniciarem ontem uma greve de 72 horas em várias unidades da Petrobras, como refinarias, plataformas e bases, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), aumentou de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões a multa diária aplicada aos sindicatos que aderirem à paralisação. A ministra Maria de Assis Calsing manteve a decisão que considerou a greve ilegal e justificou di-

zendo que “é potencialmente grave o dano que eventual greve da categoria dos petroleiros irá causar à população brasileira”.

Pelo menos 20 plataformas da Petrobras na Bacia de Campos – responsável por cerca de metade da produção de petróleo do Brasil – ficaram paralisadas, segundo sindicatos. Refinarias e terminais também foram afetados.

### REIVINDICAÇÕES

*“Essa é uma greve de advertência, contra a privatização e pela redução do preço dos combustíveis. Ainda avaliamos os rumos do movimento”*

**PAULO RONY**  
DO SINDIPETRO-ES



Protesto de petroleiros em frente à sede da Petrobras, em Vitória

No Estado, foram paralisadas as atividades no terminal de Tubarão, na Serra, e no de Cacimbas, em Linhares, que teve operação padrão apenas com serviços urgentes, segundo o coordenador-geral do Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo (Sindipetro), Paulo Rony. A greve também afetou unidades em Aracruz e São Mateus. Nenhuma plataforma ca-

pixaba foi paralisada.

Ontem foi realizado um ato em frente à sede da empresa em Vitória com faixas contra a privatização de refinarias. Hoje, a partir das 6h, está programado um ato em frente ao Aeroporto de Vitória, onde o grupo irá deliberar sobre os rumos da greve.

“Estamos avaliando os rumos do movimento com isso (decisão do TST). Essa

é uma greve de advertência, contra a privatização e pela redução do preço dos combustíveis”, disse Rony.

Apesar das paralisações, a Petrobras e a Federação Única dos Petroleiros afirmaram que não haverá prejuízos na produção de petróleo e derivados, nem no fornecimento de combustíveis às distribuidoras. (Com informações de Geraldo Campos Jr)

## Reportagem Especial

## PARALISAÇÃO DOS CAMINHONEIROS

# STF dá 15 dias para empresas pagarem multas

Prazo determinado pelo ministro Alexandre de Moraes é para que 96 transportadoras paguem multas que somam R\$ 141,4 milhões

## BRASÍLIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que 96 empresas transportadoras paguem em até 15 dias multas somadas em R\$ 141,4 milhões por terem desrespeitado sua decisão da última sexta-feira, em relação à greve dos caminhoneiros.

Ao atender a pedido da União na semana passada, o ministro determinou multa de R\$ 100 mil por hora a entidades que atuarem na interdição de vias. A decisão de ontem ocorreu após a advogada-geral da União, Grace Mendonça, encaminhar ao ministro uma relação

com os dados das 96 transportadoras que descumpriram sua decisão.

Caso não seja efetuado o pagamento das multas, Moraes determinou que as empresas tenham bens penhorados.

"Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será determinada a penhora de bens dos executados, com prioridade para dinheiro depositado em instituição financeira", disse na decisão.

Segundo a AGU, não há empresas no Estado que tenha sido penalizada com multa.

Na manifestação ao STF, Grace diz que o mapeamento dos autos de infração exprime um "ânimo geral de contrariedade ao comando judicial, exemplificado pela persistência difusa do movimento de obstrução em rodovias de diversas unidades federativas".

Os flagrantes foram registrados nas BRs 282, 116, 101, 230, 040, 050, 226 e 364. Na lista dos municípios onde ocorreram as irregularidades estão Xanxerê (SC), Barra Mansa (RJ), Embu (SP), Taboão da Serra



ALEXANDRE DE MORAES determinou que empresas tenham bens penhorados caso não paguem as multas

(SP), Balneário Camboriú (SC), Seropédica (RJ), Duque de Caxias (RJ), Uberlândia (MG), Candeias do Jamari (RO), Parnamirim (RN), Macaíba (RN) e Marabá (PA).

Os valores das multas variam de R\$ 400 mil a R\$ 9,2 milhões.

## FRETE

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) definiu

ontem a tabela com os preços mínimos dos fretes. A informação foi divulgada pela Secretaria de Comunicação Social do Palácio do Planalto. Segundo o governo federal, a tabela tem "caráter obrigatório para o mercado de fretes do País".

Esta resolução terá como base a medida provisória publicada no último domingo sobre o preço dos fretes. Por se tratar de MP, a medi-

da já tem força de lei desde que foi publicada. Mas, para se tornar uma lei em definitivo, terá de ser aprovada pelo Congresso.



## VALORES DO FRETE MÍNIMO

Preços por km rodado no Tribuna Online.  
LINK: [www.tribunaonline.com.br](http://www.tribunaonline.com.br)

## PAÍS EM CRISE

# 15 DIAS PARA PAGAR MULTAS POR BLOQUEIOS

## 96 empresas terão prazo para quitar R\$ 141 milhões

◀ O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou ontem que 96 empresas transportadoras paguem em até 15 dias multas que somam R\$ 141,4 milhões pelo descumprimento da decisão que determinou a liberação das rodovias bloqueadas em razão da greve nacional dos caminhoneiros.

O pedido havia sido feito na terça pela Advocacia Geral da União (AGU), que encaminhou ao ministro uma primeira lista com os nomes das empresas que não cumpriram as determinações.

Na semana passada, Moraes impôs multa de R\$ 100 mil por hora às entidades que atuarem nas interdições de vias, além de multa de R\$ 10 mil por dia

para motorista que estivesse obstruindo a pista. Segundo a AGU, foram constatados flagrantes nas BRs 282, 116, 101, 230, 040, 050, 226 e 364 e os valores das multas variam entre R\$ 400 mil e R\$ 9,2 milhões.

A pedido da advogada-geral da União, Grace Mendonça, Alexandre de Moraes estabeleceu que, caso não haja pagamento voluntário, as empresas po-

derão ter penhora de bens.

“Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será determinada a penhora de bens dos executados, com prioridade para dinheiro depositado em instituição financeira, a ser implementada pelo sistema BACEN JUD”, disse o ministro na decisão.

### LOCAUTE

Em todo país, a Polícia Federal instaurou 54 inquéritos até o momento para apurar a prática ilegal de locaute, quando a paralisação dos funcionários tem iniciativa ou apoio das empresas. Ontem foram incluídas pela PF investigações contra atos de sabotagem em ferrovias e duas torres de transmissão.

### A PAGAR

**R\$ 9,2**  
milhões

Foi a multa máxima aplicada a transportadoras pelos bloqueios nas estradas, segundo o STF.



CARLOS MOURA/STF/ARQUIVO

Ministro Alexandre de Moraes estabeleceu o tempo para pagamentos de multas

## Lei de Segurança Nacional pode enquadrar empresários

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) também abriu investigações contra entidades de representação de transportadoras para apurar infrações à ordem econômica. No Estado, é investigada a Federação dos Transportadores Autônomos de Carga do Espírito Santo (Fetac-ES).

A Fetac-ES informou que já respondeu aos questionamentos do órgão. O presidente da entidade, Edicarlos Gelain, afirmou que é normal o nome da entidade estar na lista, pois “todas as federações estão sendo investigadas”. Ele considerou as suspeitas absurdas pelo fato de a federação ser composta por trabalhadores autônomos, sem a presença de empresas.

◀ A 2ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF) encaminhou pedidos para apurar a conduta de seis empresários que estariam envolvidos na greve nacional dos caminhoneiros. A informação é do colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo. Em dois casos, o MPF sugere que seja averiguado se os delitos praticados não se enquadram na Lei de Segurança Nacional (LSN), de 1935.

A subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Frischeisen pede para os procuradores verificarem se houve incitação

de alteração da ordem pública e social ou de animosidade contra as Forças Armadas durante os atos.

Entre os investigados, segundo o colunista Lauro Jardim, há empresários que teriam autorizado os grevistas a colocarem fogo nos caminhões e um sargento da reserva que, defensor contumaz da intervenção militar, teria publicado vídeo com mais de três milhões de visualizações fazendo apologia ao intervencionismo das forças armadas.

Os pedidos foram enviados pelo MPF aos MPs locais.



**GILMAR MENDES** considerou que não há fatos que justifiquem uma nova prisão de Paulo Preto (destaque)

## Gilmar solta operador do PSDB pela 2ª vez

**Paulo Preto foi preso por acusação de intimidar testemunhas, mas, em 13 horas, ministro do STF o livrou da cadeia de novo**

### BRASÍLIA

Cerca de 13 horas após o cumprimento de novo mandado de prisão contra o engenheiro e ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, Gilmar Mendes concedeu a ele mais um habeas corpus. O ministro do Supremo já havia libertado Paulo, apontado como operador do PSDB, em 11 de maio e repetiu a decisão.

O Ministério Público Federal

(MPF) havia pedido a prisão preventiva do engenheiro na terça-feira em razão de ameaças a testemunhas e a outros réus do processo no qual ele é acusado de incluir falsos beneficiários na lista de desapropriações de uma obra da Dersa. Paulo nega as acusações.

No último dia 18, procuradores do MPF pediram que ficasse registrado na ata da audiência que uma das testemunhas havia ligado chorando com medo de sofrer retaliações. Segundo Gilmar, porém, "não há fatos concretos a justificar o novo decreto cautelar".

Filha do ex-diretor da Dersa, Tatiana Arana Souza Cremonini também foi presa ontem. Ela é acusada de ter contratado advogados para três testemunhas de acusação e por ter solicitado autorização de viagem para as Ilhas Maldivas, um paraíso fiscal do Oceano

Índico. Uma dessas testemunhas mudou depoimento prestado em 8 de setembro de 2015 para uma versão favorável a Paulo e sua filha em nova oitiva, em 25 de agosto de 2017, já com o advogado novo.

A prisão da filha era o maior temor de Paulo. Há expectativa de que ele possa se convencer a fazer delação, o que rejeitou até agora. Uma delação dele tem potencial para atingir caciques tucanos.

Também foi preso ontem José Geraldo Casas Vilela, ex-chefe do departamento de assentamento da Dersa, cujo escritório de advocacia fez consultas de dados no SPC/Serasa de réus colaboradores. A juíza Maria Isabel do Prado, da 5ª Vara Federal de São Paulo, entendeu isso como tentativa de intimidação. A defesa de Vilela nega o crime.

Tatiana e Vilela também foram beneficiados pela decisão ministerial.

## PARALISAÇÃO DOS CAMINHONEIROS

# Petroleiros desafiam a Justiça

**Categoria pretende continuar com a greve mesmo com a decisão do TST de ampliar a multa diária de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões**

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) aumentou o valor da multa diária dos petroleiros grevistas. A quantia, decidida pela ministra do TST, Maria de Assis Calsing, passou de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões. Ainda ontem, o tribunal havia considerado a greve ilegal.

Inicialmente, a categoria indicou greve por 72 horas. A paralisação seguiria até amanhã à noite.

Ao todo, 18 entidades de classe (sindicatos e federação) estão sujeitas à penalidade. Por meio de nota, o TST informou que o montante incide tanto para o caso de continuidade do movimento grevista quanto para a hipótese de ação que dificulte o trânsito de pessoas.

Com o aumento da multa, os petroleiros vão avaliar se mantêm a paralisação em todo o País.

No Espírito Santo, atos da categoria programados para acontecer hoje pela manhã no antigo aeroporto de Vitória, e amanhã na cidade de São Mateus, no Norte do

Estado, podem não acontecer.

Dos 2.000 petroleiros capixabas, cerca de 300 aderiram à greve. Na manhã de ontem, a categoria realizou uma manifestação em frente à sede da Petrobras, em Vitória.

O diretor do Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo (Sindipetro-ES), Felipe Homero Pontes, avalia a possibilidade do prosseguimento dos atos.

"Acho que os atos vão acontecer. Mas, caso haja um recuo, essa decisão precisaria passar pelo crivo de toda a categoria", ponderou.

Ainda segundo Homero, a decisão do TST é arbitrária. "Eu não vejo essa greve como ilegal ou abusiva. A decisão mostra o estado de exceção e a ditadura do Judiciário que vivemos", opinou.

Para o advogado empresarial Flávio Fabiano, os petroleiros têm de obedecer a decisão do TST. Contudo, ele aponta alternativas para reverter a medida. "Eles devem buscar meios legais, no próprio TST ou, não obtendo sucesso, na instância superior, no STJ (Superior Tribunal de Justiça)".

Caso a determinação não seja cumprida, o advogado diz que pode "haver multa para o sindicato. Permanecendo, os trabalhadores, em razão de ser uma empresa de capital público, podem ser indiciados a uma sindicância para um processo administrativo demissório".

## Sindicato descarta falta de combustível nas bombas

A greve dos petroleiros não irá afetar a distribuição de combustível nos postos de gasolina do Estado. Essa é a informação do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado (Sindipostos-ES). "Depende do seu prolongamento e dos estoques da Petrobras para a entrega às distribuidoras", informou por nota.

A Petrobras, por nota, confirmou que o capixaba não enfrentará problema na hora de abastecer o seu veículo. "Equipes de contingência estão atuando onde é necessário e não há impacto na produção".

O diretor do Sindicato dos Petro-



**CAMINHÃO-TANQUE em posto**

leiros do Estado (Sindipetro-ES), Felipe Homero Pontes, disse que os efeitos da greve de ontem não serão sentidos. "Se continuar, a população será impactada apenas amanhã".



**MANIFESTANTE se ajoelha em frente à sede da Petrobras no Rio de Janeiro, para protestar contra a privatização**

## Paralisação em 20 plataformas

**RIO, SÃO PAULO E BRASÍLIA**

Petroleiros em refinarias e em pelo menos 20 plataformas da Petrobras começaram na madrugada de ontem uma greve de 72 horas.

Eles mantiveram o movimento apesar de a ministra Maria de Assis Calsing, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ter aumentado de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões a multa diária aplicada aos sindicatos por manter a greve depois que a Corte a considerou ilegal.

O diretor de Comunicação da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Gerson Castellano, classificou a punição de "pesada", já que, segundo ele, os petroleiros não interromperam nem a produção, nem o fornecimento de combustíveis para distribuição.

Segundo a FUP, as operações continuam normais porque nas 25 unidades em que houve adesão – dez são refinarias – foi suspensa



**PETROLEIROS reunidos em plataforma pedem saída de presidente da estatal**

apenas a troca dos turnos.

Assim, a equipe que não foi substituída mantém as operações por questões de segurança, uma vez que equipamentos de uma plataforma ou refinaria não podem ser desligados em pouco tempo.

Os petroleiros mantiveram o protesto contra a política de preços dos combustíveis adotada pelo presidente da Petrobras, Pedro Parente, e a redução da produção nas refinarias. A categoria pede a saída do executivo.



## GIRO RÁPIDO

**Justiça nega liberdade a médicos ortopedistas**

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado negou ontem os pedidos de habeas corpus dos três médicos ortopedistas Nilo Lemos Neto, Marcos Robson de Cássia Alves Junior e Rodrigo Souza Soares, denunciados na Operação Lama Cirúrgica.

Eles são réus em ação penal que apura o suposto envolvimento dos profissionais em esquema de adulteração de material cirúrgico.

**Polícia prende suspeito de participar de morte de Marielle**

Policiais da Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro prenderam ontem Thiago Bruno Mendonça, conhecido como Thiago Macaco, de 33 anos. Ele foi citado no depoimento de uma testemunha-chave da execução da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, no dia 14 de março.

Segundo a testemunha, Thiago Macaco seria ligado a Orlando de Curicica, chefe da milícia da região da Boiúna, que atualmente está preso. Os dois teriam participado do assassinato da vereadora.



**A VEREADORA** Marielle foi executada em março

MATOU ASSESSOR DE VEREADOR

# Suspeito de envolvimento no caso Marielle é preso

**Thiago Macaco, que teria clonado o carro usado no crime, é acusado de outro assassinato**

Policiais da Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro prenderam, na tarde de ontem, Thiago Bruno Mendonça, conhecido como Thiago Macaco, de 33 anos, no interior de uma loja de um shopping, em Del Castilho, na Zona Norte. Ele é suspeito de envolvimento na morte da vereadora Marielle

Franco e acusado de matar Carlos Alexandre Pereira Maria, o Cabeça, colaborador do vereador Marcello Siciliano.

Carlos Alexandre foi morto em 8 de abril deste ano, quando estava em um bar, em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio. Já no caso Marielle, Thiago foi citado no depoimento de uma testemunha-chave da execução da vereadora e seu motorista, Anderson Gomes, no dia 14 de março, no Estácio. Ele teria clonado o

POLÍCIA CIVIL DO RIO/DIVULGAÇÃO



Thiago foi citado por testemunha do caso Marielle

RODRIGO CHADI/AE - ARQUIVO



carro usado no crime.

Segundo a testemunha, que é um ex-miliciano, ele seria ligado a Orlando de Curicica, chefe da milícia da Boiúna, atualmente preso. Os dois teriam participado do assassinato da parlamentar, que estaria atrapalhando os negócios do grupo paramilitar na Zona Oeste. Esses negócios também interessariam a Siciliano, que nega as acusações.

Ainda de acordo com a testemunha, Thiago Macaco teria sido responsável pela

clonagem do Cobalt prata, que foi usado pelos assassinos para cometer o crime. O carro usava uma placa clonada de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Porém, a placa é do veículo de outra pessoa. Até hoje, a polícia não conseguiu chegar ao carro utilizado pelos criminosos.

Os agentes já haviam cumprido a prisão temporária de Rondinele de Jesus Da Silva, o Roni, ocorrido no dia 19 deste mês, pela morte de Carlos Alexandre.